

repensar Ibéria.

UMA REFLEXÃO SOBRE A EUROPA

Testemunhos de um encontro

Entre os dias 12 e 15 de Outubro de 2018, teve lugar na Casa de Mateus o seminário **Repensar Ibéria**. A organização deste seminário, partilhada com o Consello da Cultura Galega, retoma a tradição da Fundação da Casa de Mateus na organização de grandes seminários de reflexão sobre assuntos contemporâneos: o ciclo "Repensar Portugal" que versou temas como a educação (1978), a regionalização (1995) ou a sustentabilidade do projeto de país (PensarRe Portugal, 2011). O presente volume pretende prolongar as vias de reverberação dos temas em discussão, coligindo algumas das comunicações realizadas, alguns testemunhos em torno da temática de cada uma das mesas e dois relatos integrais das sessões.



FUNDAÇÃO
DA CASA
DE MATEUS

Título **Repensar Ibéria** | Uma Reflexão sobre a Europa
Testemunhos de um Encontro

Autor **Vários**, 2019

Coordenação Editorial **Teresa Albuquerque e José Luís Ferreira**

Tradução **Teresa Albuquerque, José Luís Ferreira e João Neto**

Design e paginação **Atelier Pendão & Prior**

Editor **Fundação da Casa de Mateus**

O SEMINÁRIO

Espaços de Diálogo

pág. 5-6

Programa

Casa de Mateus, Vila Real 12 > 14 de Outubro 2018

pág. 7

Espaços de Diálogo

Pensar de forma conjunta a realidade social, cultural e política da Península Ibérica conta com uma certa tradição, pelo menos desde os tempos do romantismo iberista, mas nunca foi praticada de forma permanente, devido a receios ou ao que popularmente se conhece como viver de “costas voltadas”.

Para além disso, muitos daqueles debates de traços formais iberistas não passavam da retórica: podiam ser mais jogos intelectuais que análises realistas de propostas de ação política. No entanto, este tipo de debates continua a ser muito necessário na atualidade, tanto pelo carácter transnacional que esta reflexão pode atingir como pela especial relação que os estados ibéricos têm com o mundo atlântico, nomeadamente o ibero-americano.

Há na Casa de Mateus uma já longa tradição de reflexão sobre os problemas estruturantes da sociedade, que se desenvolveu, nomeadamente, nos seminários “Repensar Portugal” que versaram sobre temas como a educação (1978), a regionalização (1995) ou a sustentabilidade do projecto de país como no PensarRe Portugal (2011). É também preciso recordar encontros de grande alento, como os promovidos pela Fundação Banco Exterior de Espanha e Fundação Calouste Gulbenkian (Sintra e Oeiras, 1983) e os realizados no ano 1998 e com motivo do quinto centenário dos Descobrimentos e da Exposição Universal de Lisboa.

Nesta perspetiva, pensamos que é mais necessário do que nunca recuperar estes espaços de diálogo, desligados de qualquer celebração ou comemoração histórica, para afrontar de modo conjunto um debate sobre os desafios que os dois estados ibéricos têm na época presente e no futuro imediato, quer nas suas relações mútuas quer de forma mais alargada no conjunto da União Europeia e mesmo no seio das comunidades ibero-americanas.

Os estados ibéricos padeceram em tempos recentes não só uma forte crise económica, senão também, por terem sido olhados de novo através de velhos estereótipos que parecem lembrar as cogitações de um Antero de Quental sobre As causas da decadência dos povos peninsulares. Agora que os efeitos da crise económica

foram parcialmente superados, é o momento adequado para lançar este tipo de reflexão e, sobretudo, de propostas para o futuro. São viáveis os estados-nação? como superar os bloqueios da construção europeia? que vantagens e oportunidades têm os estados ibéricos na geopolítica atual?

Neste sentido, propusemos um seminário centrado em diferentes blocos de debate, unidos por um elo comum: pensar ou “repensar” a Ibéria no seu conjunto e como parte essencial da Europa ocidental e do espaço atlântico. O Seminário proporcionou uma discussão aberta, entre oradores, convidados e todos os presentes. Algumas das respetivas conclusões ficam agora acessíveis neste volume, no desejo de que transportem e ampliem a discussão deste tema central, decisivo nos próximos anos de construção europeia.

12 de Outubro

Intervenções institucionais

Fernando de Albuquerque // Director da Fundação da Casa de Mateus

Rosario Álvarez // Presidente do Consello da Cultura Galega

António M. Feijó // Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian

Apresentação do Seminário

Ramón Villares // Consello da Cultura Galega

Teresa Albuquerque // Fundação da Casa de Mateus

13 de Outubro

Introdução

Eduardo Marçal Grilo

Conferência Inaugural

União Europeia: realidades, riscos e desafios **Jaime Gama**

Mesa 1: A transição para a democracia dos estados ibéricos

Santos Juliá // **António Costa Pinto**

Moderador **António M. Feijó**

Mesa 2: Cooperação e políticas de governança no contexto ibérico e europeu **Luís Braga de Cruz** // **Luis Caramés** // **Pedro Magalhães**

Mesa 3: Espaço ibérico e políticas públicas – Economia, Ambiente, Energia

Antón Costas Comesaña // **Elisa Ferreira**

Moderador **Pedro Santos Guerreiro**

14 de Outubro

Mesa 4: Estratégias ibéricas para a Ciência **Artur Santos Silva** //

António M. Cunha // **Angel Font**

Moderador **José Rivas**

Mesa 5: Culturas ibéricas, culturas atlânticas **Javier Rioyo** //

Guilherme d’Oliveira Martins

Moderadora **Teresa Albuquerque**

Conferência de encerramento

Iberia, entre Europa e América **Nélida Piñon**

Moderador **José Carlos de Vasconcelos**

APRESENTAÇÃO

Ibéria: uma Âncora para Pensar a Europa

Teresa Albuquerque

pág. 9-10

Deve a Ibéria ser repensada?

Ramón Villares

pág. 11-19

Ponte entre dois Mundos

Rosario Álvarez

pág. 20-23

Ibéria: uma Âncora para Pensar a Europa

Teresa Albuquerque

Fundação da Casa de Mateus

Quarenta anos depois do primeiro “Repensar Portugal” em Mateus, em 2018 ajustámos a objetiva à escala da península, com a cumplicidade de Ramon Villares, e organizámos o seminário “Repensar Ibéria”. Este zoom out nasce da plena consciência das profundas e inextrincáveis interdependências que existem dentro deste espaço físico e mental. Um espaço que nos é profundamente familiar, apesar dos contrastes e dos “falsos amigos” que, da linguagem, se projetam por vezes em realidades opostas.

O leque de personalidades presentes foi bem expressivo da oportunidade da iniciativa e de um programa que procurou encorajar uma reflexão abrangente organizada em torno das perspetivas dos sistemas políticos, da cooperação, das estratégias para a ciência, e da história e cultura.

Esta publicação é o reflexo de um trabalho em progresso que, esperamos, poderá contribuir para que cresçam as oportunidades de colaboração entre os povos, regiões e nações ibéricas. É nossa convicção que, para que a União Europeia se possa afirmar como um bloco geopolítico influente, é necessário que se possam, no seu seio, constituir associações de países, ou até de regiões, de geometria variável, capazes de articular os seus interesses comuns de forma concertada e a um nível supranacional.

Neste sentido, o espaço ibérico, como espaço de diversidade e complementaridade, de história comum, paralela ou antagónica, é representativo do espaço maior, europeu, em que se insere. Pode e deve ser uma âncora para pensar a Europa.

Na contracapa da História Mundial de Espanha, organizada por Nuñez Seixas, em 2018, lê-se: “...o destino de um país não pode ser

explicado separadamente do mundo de que forma parte.” Do mesmo modo, Repensar Ibéria é repensar Portugal, a Europa e a nossa perspetiva do Mundo. Exercício sempre necessário para o qual a Fundação da Casa de Mateus tenta aqui contribuir com a colaboração e os apoios inestimáveis e decisivos do Consello da Cultura Galega e da Fundação Calouste Gulbenkian, a quem deixamos expressos os nossos profundos agradecimentos.

Deve a Ibéria ser repensada?

Ramón Villares

As sessões de debate “Repensar Ibéria”, desenvolvidas na Casa de Mateus no passado mês de outubro foram convocadas com o objetivo de pensar conjuntamente, por parte de conferencistas de Portugal e de Espanha, problemas históricos e preferentemente atuais dos dois estados ibéricos, na perspetiva do contexto europeu que tantas mudanças trouxe aos países peninsulares. À partida era patente a existência duma tradição de interesse mútuo e também de receios próprios de países irmãos. As línguas faladas, português e espanhol, com o galego como língua-ponte, facilitavam a comunicação direta entre todos os participantes. Os tópicos submetidos a debate eram de ordem muito genérica, desde a história ou a economia até à ciência e à cultura. Toda a gente convidada participou com entusiasmo nas sessões daqueles dois dias de outubro, com intervenções e debates breves, mas muito vivos, tanto no curso das conferências preferidas como nas conversas próprias do convívio e do “estilo” daquela Casa.

Desde o início ficou patente que o motivo central escolhido para o encontro era adequado e mesmo oportuno no contexto ibérico e também europeu. Mas também, desde o princípio, houve hesitações sobre a melhor forma de definir politicamente as duas nações ibéricas, considerando as palavras Ibéria (geograficamente) e iberismo (politicamente) bem pouco adequadas para englobar problemas análogos aos dois países e talvez um pouco démodés para os nossos tempos. A longa experiência dos oradores ajudou a conseguir um acerto de contas sobre aspetos muito desenvolvidos nos últimos decénios, nas relações transfronteiriças, nas políticas públicas, nas áreas da ciência e da cooperação cultural e algumas lamentações sobre o débil papel que os estados ibéricos desempenham na política internacional de forma conjunta, apesar das Cimeiras anuais dos seus governos e de pertencerem a numerosos foros multilaterais. E houve também claras apostas sobre a viabilidade de estratégias conjuntas da Espanha e de Portugal no contexto europeu, mas reconhecendo que a política e mesmo a diplomacia estão a caminhar por detrás das relações económicas e sociais entre as duas comunidades ibéricas, agora muito favorecidas pelo desaparecimento de controlos fronteiriços e de alfândegas depois da incorporação na União Europeia.

Dos conteúdos daquele encontro recuperámos alguns textos escritos e um relatório global, que apresentamos nesta publicação, redigido pelo professor da UTAD, Xerardo Pereiro. Este relato conta ao pormenor as sessões de debate e mesmo o ambiente que ali reinou e serve de guia sintético dos conteúdos da reunião. Os contributos escritos, que infelizmente não são todos os expostos naquele seminário, dão testemunho do enfoque comparado de conferências e debates. Agora, neste breve balanço, quero dar conta daquela experiência e adiantar algumas propostas de futuro para o caso de as instituições participantes decidirem convocar novos encontros na esteira deste.

1. A proposta de partida era refletir sobre a Ibéria como um referente comum e abrangente para os dois estados ibéricos, recuperando o nome, mais do que o sentido, que o iberismo lograra a certa altura histórica, depois de séculos de muitos receios e alguma guerra de Portugal, mais contra Castela do que propriamente contra a Espanha, como tem advertido um conhecido “ibericista”, Agostinho da Silva: “o que Portugal fez de maior no mundo foi o ter resistido a Castela”. A pesar destas reticências, a Ibéria foi pensada por uma corrente utópica, o iberismo, que teve o seu momento áureo na época romântica, mas que ficou cancelada com a crise de fin-de-siècle provocada pelo Ultimato português e o Desastre colonial espanhol, acontecimentos que abriram caminhos divergentes para os dois estados ibéricos. Dito de forma muito sintética com as palavras do historiador J.M. Sardica, “Portugal desiberizou-se” apostando por encontrar “novos Brasis” que substituíssem o velho império de Oriente e, pelo contrário, Espanha “regressou a casa, iberizando-se” para procurar um novo lugar no concerto europeu. Vieram logo novas ondas iberistas procedentes dos nacionalismos sub-estatais espanhóis (nomeadamente da Catalunha e da Galiza), novas relações culturais e mesmo um “Pacto ibérico” entre os dois regimes ditatoriais no que já ninguém agora pensa. Aquele iberismo deve ser fornecido com novos conteúdos próprios dos tempos presentes (e futuros) e esta foi a primeira conclusão a que se chegou naquele seminário.

No curso dos debates ficou patente que a ideia de recuperar o nome da Ibéria tropeça com alguns receios, nomeadamente da parte portuguesa, que se podem exprimir mesmo na adoção do nome Ibéria para a companhia aérea espanhola, o que poderia entender-se como que “a

marca Ibéria ter sido usurpada pela Espanha”, em palavras do António Cunha. Algo diferente é a coisa que se esconde detrás deste nome: a do iberismo como utopia política e cultural que, não obstante, também começa a ser posta em causa pela dinâmica política aberta pelo projecto europeu de superação dos contextos estatais nacionais. Na realidade, é preciso partir duma realidade evidente: há um velho iberismo, com ecos que de forma periódica aparecem e desaparecem da agenda política, que resulta de difícil aplicação à realidade política ibérica do século XXI. Certamente, existem muitos iberistas, mas as correntes de união ou integração dos dois estados são na atualidade claramente minoritárias, por mais que ilustres vultos da vida pública portuguesa como o escritor José Saramago tenham afirmado que (os portugueses) “acabaremos por integrar-nos, mas sem ser governados pelos espanhóis”, acrescentando ainda que o novo país “teria que passar a chamar-se Ibéria” (El País, 4.8.2007). Contudo, também se registam claras resistências a uma perspetiva iberista, como reconheceu o palestrante inaugural (J. Gama), ao definir Ibéria e iberismo como “um conceito matricial errado”. Por ocasião do seminário, celebrado também em Mateus, sobre o tópico “Repensar Portugal” (abril 2011), também se fez questão do futuro de Portugal por parte de oradores como Eduardo Lourenço, mas sem abrir a porta para uma integração com Espanha, porque, como afirmara no seu ensaio *A Europa e nós* (1988), “os espanhóis têm dificuldade em acreditar verdadeiramente na sua existência e nós, os portugueses, não cessamos de nos maravilhar com tal milagre”. Em suma, Ibéria é um nome controverso e a ideia do iberismo algo difusa, o que dificulta mais do que ajuda uma possível convergência dos estados ibéricos num projecto comum.

2. Repensar Ibéria obriga, pois, a rever muitos tópicos e alguns estereótipos. Também a tomar partido de forma decidida para superar as barreiras entre dois países que, sendo tão próximos, se tornaram tão diferentes e viveram aparentemente de costas voltadas durante séculos. Uma observação inicial de Luís Braga da Cruz denota bem este problema, de pendor algo historicista, mas claramente oportuno: “seria muito útil conhecer melhor o percurso complexo dos nossos dois países peninsulares e tentar compreender as razões porque nos tornámos distintos, apesar de tantos traços comuns”. Que se trata de países tão distintos como próximos não precisa argumentar-se. O relevante é reconhecer

como evoluiu este processo nos tempos recentes, de transição para a democracia e de integração na União Europeia. E neste ponto, o balanço é positivo e mesmo otimista, quer na perspetiva da natureza dos regimes democráticos quer na das relações comerciais entre os dois países ou da sua presença em foros internacionais. As democracias ocidentais foram decisivas para enfraquecer e, logo, derrubar as ditaduras ibéricas e as democracias construídas por vias diferentes, primeiro em Portugal e depois na Espanha, são tão sólidas -e tão frágeis- como as do entorno europeu, com uma nuance que sendo propriamente espanhola afeta o conjunto ibérico e mesmo europeu: as tensões territoriais, primeiro do País Basco e atualmente da Catalunha, que por razões históricas – talvez lembrando a crise de 1640 - logra em Portugal algum eco e muita preocupação

E preciso, pois, mudar objectivos e encontrar alguma resposta para a pergunta de se devem convergir ou divergir os objectivos estratégicos de Espanha e Portugal, o que significa repensar de forma prática a questão inicial numa perspetiva ibérica ou iberista. Um enfoque ibérico foi considerado possível e mesmo desejável para muitos sectores, nomeadamente no campo das energias, os recursos hídricos ou a investigação científica. A questão central a resolver reside, no fundo, no mesmo nó com que se encontravam os velhos iberistas: qual é o espaço para desenvolver projectos ibéricos comuns, quer no contexto propriamente peninsular quer no mais alargado de Europa e mesmo mundial? A resposta mais partilhada foi a de colocar de forma proactiva a estratégia central dos estados peninsulares no contexto da União Europeia. Como afirma Emílio Rui Vilar, em jeito de conclusão, “a dimensão europeia torna novamente atual repensar a Ibéria”. E aqui foi onde se fizeram as propostas mais concretas que, contudo, permitem diferenciar diversos níveis.

3. O primeiro, até agora muito bem sucedido, é a eclosão das relações comerciais entre os dois países e, de modo mais concreto, a criação, por impulso da UE, de órgãos de cooperação transfronteiriça, no que foi pioneira a estabelecida entre a Galiza e a Região do Norte português, inaugurada nos anos noventa do século passado. Neste campo, como sublinharam vários conferencistas (nomeadamente, dada a sua experiência pessoal, Luís Braga da Cruz), as mudanças foram rápidas no plano institucional e profundas na criação de um mercado ibérico onde antes

só existiam esporádicas relações comerciais. Dado serem “irrelevantes” até 1986 as trocas comerciais entre Portugal e Espanha, produziu-se depois “uma verdadeira explosão do comércio bilateral entre ambos países”, até ao ponto de se ter convertido Espanha no primeiro parceiro comercial de Portugal e, dentro dela, com posições de destaque, as autonomias de Catalunha, Madrid e a Galiza, por esta ordem. De ser entre o oitavo ou nono parceiro comercial de Portugal, Espanha passou a ser o primeiro, o que significa “que as nossas duas economias estão cada vez mais interdependentes”.

O segundo nível, desigualmente desenvolvido nas políticas públicas conjuntas dos dois estados, foi o alentar projectos estratégicos comuns. Foi considerado de modo muito positivo a criação, depois de uma Cimeira Ibérica, do Instituto Ibérico de Nanotecnologia (INL), sediado em Braga mas dirigido durante anos pelo físico espanhol J. Rivas Rey, professor da universidade de Santiago de Compostela (aliás, presente neste seminário). Aquela iniciativa política bem pode considerar-se um paradigma de planeamento ao nível ibérico de uma infraestrutura de investigação de dimensão mais do que ibérica. Foram feitas algumas propostas para que, nesta mesma orientação, as Cimeiras anuais sejam preparadas com maior cuidado e que elas se convertam num ator decisivo para atuar de forma coordenada ao nível ibérico. Como sinalou E. Marçal Grilo, “um dos objetivos principais das Cimeiras deverá ser sobretudo a criação das condições que permitam aos diferentes operadores atuar em conjunto”, o que quer dizer que aquelas devem não só tomar decisões concretas senão fomentar encontros prévios a cada reunião entre agentes sectoriais (empresas, universidades, instituições culturais...), sessões de estudo e preparação prévia das mesmas e, sobretudo, criar Observatórios ou Comitês técnicos que permitam analisar e medir de forma periódica os resultados das iniciativas empreendidas. A conclusão mais partilhada neste ponto foi que há um espaço comum para elaborar políticas públicas conjuntas, mas que esse espaço está ser pouco aproveitado em particular no que respeita propostas de carácter estratégico para a ação exterior, nomeadamente no âmbito das instituições comunitárias europeias.

O terceiro nível é justamente a relação dos estados ibéricos na governança da UE e os modos de a levar a cabo: devem atuar de forma individual, na defesa das posições e interesses de cada Estado, ou de

forma mais ajustada ou integrada? A resposta a esta questão foi objecto de posições diferentes, em grande parte relacionadas com a ideia que se tenha das instituições europeias: como harmonizar – perguntava-se J. Gama-fiscalmente a UE quando o orçamento desta supõe 1,3 % do PIB europeu e o dos estados nacionais um 45 % do seu próprio PIB? Outro problema de pendor mais prático seria o colocar na agenda europeia propostas estratégicas dos estados ibéricos, representando a força da Europa do Sul, o que significaria assumir que os dois estados ibéricos devem desenhar uma estratégia conjunta no contexto da União Europeia, objetivo muito mais urgente quando se estão a produzir tantos ataques (internos e externos) sobre a viabilidade da UE e quando se abre uma janela de oportunidade para a Ibéria com o Brexit britânico.

Uma das ideias que se ouviu mais vezes durante seminário foi a necessidade de repensar a Ibéria em termos europeus, quer participando na melhoria da sua governança quer reforçando o peso dos dois estados ibéricos no âmbito duma Europa post-Brexit (se tal acontecer). Se este cenário acontecer, resulta previsível um reequilíbrio de influências e poderes no interior da UE, talvez acelerado pelas mudanças internas que podem ter lugar na composição política futura do Parlamento europeu, com o avance de partidos populistas e/ou antieuropeus. Nessa hipótese, a Ibéria poderia e deveria jogar a carta de um terceiro parceiro europeu, por detrás da Alemanha e da França e por diante da Itália que, segundo os inquéritos eleitorais, vai enviar para Bruxelas um copioso número de eurodeputados da Lega, claramente críticos do modelo atual da UE. Porque ao fim de contas, como asseverou Antón Costas, a Europa “não pode ser só França e Alemanha” e porque um espaço europeu de multilateralidade não só reforça o edifício europeu senão a própria ação dos estados ibéricos. Na perspetiva portuguesa, a estratégia das políticas públicas devem ser ou nacionais (estatais) ou europeias, mas nunca bilaterais. De novo o contexto europeu como espaço para atuarem os estados da Ibéria, porque “nos jornais de Portugal não há uma bandeira iberista, mas sim europeísta” (P. Santos Guerreiro), de modo que a juízo de vários participantes no seminário, Portugal e Espanha “podem dar mais à Europa juntas que separadas”.

Uma pedra de toque para avaliar a dimensão nacional ou europeia das políticas públicas é o campo da investigação científica, essencialmente internacionalizado. Partindo da “agenda de Lisboa”, que tinha o propó-

sito de alcançar um 3 % do PIB para o gasto em ciência, constatou-se que tanto Espanha como Portugal – e mesmo a UE – estão ainda longe deste objetivo, sobretudo pela dificuldade que representa, segundo o parecer do E. Marçal Grilo, “converter ciência em dinheiro” como contraponto à facilidade com que se pode “converter dinheiro em ciência”. Mas chegando a um nível mais concreto, as experiências que desde a perspetiva da Catalunha como do Norte de Portugal foram expostas por A. Santos Silva e A. Font (Fundació La Caixa) e por A. Cunha (U.Minho) mostraram que a ciência pode ser um instrumento de integração ibérica, quer em políticas de apoio à investigação (mobilidade, bolsas...) quer na dotação de grandes infraestruturas, desde o INL ao Centro de Supercomputação de Barcelona. Em suma, que dentro de uma área tão internacionalizada há espaço para uma “agenda ibérica do conhecimento e do ensino superior”, como acordaram os reitores de Espanha e Portugal (CRUE e CRUP), na Cimeira Luso-Espanhola de 2017, celebrada por acaso em Mateus, o que não deve significar – como foi advertido neste nosso seminário – que os procedimentos de avaliação e de controle dos resultados e dos recursos investidos sejam os próprios de uma agência europeia e não só ibérica.

Uma parte essencial das relações ibéricas foi desempenhada no passado – e queremos que assim seja no futuro –: a dos intercâmbios culturais e o diálogo entre intelectuais de ambos países, como põe de relevo o preciso e documentado contributo escrito de G. Oliveira Martins e, de forma oral, na intervenção de J. Rioyo, diretor do Instituto Cervantes em Lisboa. Neste campo não se produziu o corte que, desde finais do século XIX, se adverte no campo do iberismo político. Além da cultura expressada em língua castelhana, foram as culturas nacionais periféricas (catalã e galega), as que praticaram com maior decisão este diálogo, quer a través de um lusitanismo que na Espanha começou a se formar desde meados do século passado quer no “hispanismo” da parte portuguesa. Dado estarmos nestas terras transmontanas e muito perto da Galiza, parece evidente que diga uma palavra sobre a importância que para os galegos teve no passado e tem no presente a relação com Portugal. A presença entre nós de Nélica Piñón, como conferencista de encerramento da reunião, escritora brasileira universal, mas de raízes galegas nunca negadas, é a melhor confirmação deste diálogo fecundo entre culturas e línguas irmãs. Ela falou das “matrizes ibéricas” das grandes literaturas dos países da América latina, onde se produziu uma fusão

ou “miscigenação” de valores europeus e autóctones. E não encontro melhor modo de concluir que recuperando uma ideia do discurso inaugural de Rosário Alvarez, presidenta do Conselho da Cultura Galega, que chama a atenção para a condição da cultura galega como uma cultura-ponte entre os universos linguísticos e culturais da Ibéria europeia e da Ibéria americana e mundial: “os galegos reconhecemo-nos como ponte entre dois mundos, entre dois hemisférios culturais e linguísticos de enorme importância quantitativa e qualitativa: o que formam os países de língua espanhola e o dos países de língua portuguesa” que, acrescento pela minha parte, reúnem hoje mais de oitocentos milhões de falantes e uma posição de destaque no hemisfério sul do planeta.

4. A experiência do seminário “Repensar Ibéria” foi mais fecunda do que estas notas permitem imaginar. Foi fecunda sobretudo no entusiasmo dos participantes e na intensidade dos debates. Mas como avancei no início, fizeram-se evidentes também posições bem diferentes e, sobretudo, que palavras e conceitos não significam o mesmo para cada um dos sistemas culturais e políticos da Ibéria. A conclusão mais evidente é que fica um imenso trabalho para fazer no qual se deverá combinar o compromisso de instituições públicas e privadas que sejam capazes de marcar uma agenda de trabalho para uma Ibéria do século XXI com vocação europeia e planetária, na que, como lembrava o próprio Saramago - aqui evocado por Luis Caramés -, o que precisamos “é um iberismo à medida das necessidades do nosso tempo”.

Neste sentido, creio que seria pertinente continuar a celebrar novos seminários, talvez mais imbricados com a agenda das Cimeiras ibéricas e com a participação de organizações corporativas de agentes económicos, científicos, universitários e culturais. Mas além desta dimensão institucional, entendo que do seminário de Mateus se podem extrair algumas propostas para atuar neste âmbito nos anos vindouros, para favorecer um melhor conhecimento mútuo e para fornecer propostas. De modo puramente indicativo, segue um elenco de tópicos ou grandes questões que mereceriam ser objecto de sucessivos encontros que, em vários casos, foram ideias que expressamente se formularam no curso dos debates. A ordenação temática não sugere nenhuma preferência.

1. Políticas públicas e usos dos recursos naturais. Energia, água e meio ambiente.
2. Uma “comunidade ibérica” para a ciência e o ensino superior. Mobilidade de investigadores, políticas conjuntas para cursos e graus académicos
3. Os desafios demográficos no contexto da Europa: envelhecimento, mobilidade das povoações, imigrantes e refugiados, brain migration.
4. Territórios e espaços urbanos. O papel das metrópoles e das cidades como eixos estruturantes do território.
5. Europa como um “parque temático”. A influência do turismo de massas.
6. Um lugar no mundo para as línguas ibéricas: intercompreensão, relações com a “língua franca”, presença na rede...

Ponte entre dois Mundos

Rosario Álvarez

Presidente do Consello da Cultura Galega

Saúdo o director da Fundação da Casa de Mateus e os meus companheiros de mesa.

Saúdo também todos os que fazeis a gentileza de nos acompanhar nestas jornadas.

Agradeço à Casa de Mateus a hospitalidade presente e a sua longa tradição de actividades tendentes a criar espaços de diálogo sobre os problemas das sociedades contemporâneas, de um modo geral não desencadeadas pela presença candente nos meios de comunicação nem convocadas para atender circunstancialmente a esta ou àquela efeméride.

O recolhimento desta Casa generosa, esta paisagem singular e o silêncio trasmontano, bem como a ausência de urgência em tirar conclusões, elaborar um programa ou levantar um relatório executivo, propiciam o diálogo sereno, a reflexão sincera, a expressão aberta. Neste caso, para repensarmos a Ibéria, como nos propõem os coordenadores, Ramón Villares e Teresa Albuquerque, a quem agradeço em nome do Consello da Cultura Galega o desvelo na organização e dou os parabéns por conseguirem trazer a bom porto, com rumo certo, este barco de navegação complicada.

Agradeço também a todos os participantes a disponibilidade para aceitarem o nosso convite e as excelentes contribuições que, sem dúvida, trarão ao debate.

Esta é uma reflexão sobre a Ibéria proposta a partir da Galiza e de Portugal, a partir da fachada atlântica da Península: desta terra que, colocada na varanda marítima da Europa meridional, olha de frente a América, na outra margem do oceano, em diálogo permanente com as nações irmãs; a terra ibérica mais afastada da cultura mediterrânea e ligada tradicionalmente à Europa através de caminhos diferentes

dos outros povos peninsulares. Ligada a todos os mares do mundo. Como é claro, desejámos que todos pudessem estar presentes nesta reflexão: agradeço e dou as boas vindas a todos os que chegais de mais longe.

Para os galegos, que não quiseram nem querem viver de “costas voltadas” para Portugal, pensar de forma conjunta a realidade social, cultural e política da Península Ibérica tem aliciantes particulares. Diria mesmo que é uma necessidade vital. Conscientes da nossa singularidade, respeitosos do nosso legado patrimonial e zelosos em manter a nossa identidade, poderia dizer-se que, de alguma forma, temos o coração partido.

› **Por um lado, formamos parte de Espanha e partilhamos com os outros povos que a formam uma longa história de séculos, as vicissitudes culturais e sociais e a expansão iberoamericana: toda esta história marcou a nossa forma de ser e de pensar, repercutiu-se na nossa identidade.**

› **Por outro, sentimo-nos muito especialmente vinculados linguística, cultural e afectivamente a Portugal, de tal maneira que nenhum dos seus assuntos nos é alheio nem nos deixa indiferentes. Vivemos à procura de conseguir da parte dos nossos irmãos portugueses um gesto de reconhecimento, de cumplicidade (porém, muitas vezes, contentamo-nos com a compreensão de que sabem que existimos, que a norte da fronteira continuam a estar os galegos: os espanhóis que mais se lhes parecem, que melhor os conhecem, que mais os estimam).**

Por tudo isto, reconhecemo-nos como ponte entre dois mundos, entre dois hemisférios culturais e linguísticos de enorme importância quantitativa e qualitativa: o que formam os países de língua espanhola e o dos países de língua portuguesa. Também isto forma parte da nossa identidade. Nós, os galegos e as galegas do século XXI, somos fundamentalmente bilingues: o conhecimento da língua espanhola abre-nos a um destes mundos; a língua galega, a língua própria, facilita-nos a liberdade de actuação nos países de língua portuguesa. Coloca-nos por isso numa posição estratégica interessante, já que, segundo as diferentes estimativas, a soma dos falantes nativos de

espanhol e de português (como primeira língua) quase duplica a cifra de falantes nativos de inglês e situa-se acima dos dois terços se considerarmos o número total de falantes.

Aproveito para assinalar e agradecer que nestas jornadas estejam presentes as três línguas: será uma boa ocasião para praticarmos o necessário exercício de intercompreensão, entre pessoas que, falando línguas próximas, têm vontade de se entender.

Ibéria. No ideário do galeguismo oitocentista, a Ibéria representa tudo aquilo que afasta a cultura espanhola da cultura galega (e talvez também da portuguesa): contrapõe-se a Ibéria à Celtia, para colocar a questão de modo conciso. Esta etapa de confrontação está felizmente superada e não é já esta a Ibéria que hoje nos convoca, mas sim uma outra, inclusiva.

Na Galiza, ao longo do triénio 2016/18, comemorámos o centenário das Irmandades da Fala, um movimento que deu uma volta transcendental a este assunto e que vai permanecer como ideário do galeguismo do séc. XX: uma Ibéria que acolha as distintas nações peninsulares, na qual, por fim, a Galiza e Portugal possam dialogar em irmandade entre si e com as restantes.

Sei que não é exactamente este o objecto deste encontro. Trago este apontamento histórico só para fazer ver que, a partir da Galiza — a partir da intelectualidade galega e galeguista —, mesmo que nunca se articule num programa de acção política, é recorrente imaginar um cenário distinto (“uma nova Ibéria”, como se diz) em que se rompam as barreiras e se possa manter uma relação privilegiada com Portugal, num plano de igualdade no concerto das nações ibéricas. Posso dizê-lo com palavras de Castelão, com uma citação retirada de Sempre en Galiza (1944), obra cimeira do pensamento político galeguista:

Desejamos fazer da nossa Galiza um empório de riqueza e de cultura. Precisamente assim, procurando cada região superar-se e engrandecer-se pelo seu próprio esforço, é que poderemos conseguir que a Ibéria erga a sua nobre figura nos futuros Estados Unidos da Europa. Não desejamos separar o que está unido, pelo contrário aspiramos a criar laços de fraternidade cada vez mais apertados entre as diversas nacionalidades.

Represento nesta mesa o Consello da Cultura Galega, a que presido desde Julho deste mesmo ano. Sucedeo no cargo a Ramón Villares, que lhe presidiu durante os últimos 12 anos. A partir do Consello da Cultura Galega, ele empenhou-se especialmente neste sentido: propiciar o diálogo, o intercâmbio e o conhecimento mútuo entre a cultura galega e a cultura de expressão portuguesa (nomeadamente em Portugal, mas também no Brasil). Estas jornadas de reflexão e debate são uma amostra do valor desse esforço.

Este será um eixo a que conferiremos especial atenção no programa de acção exterior do Consello da Cultura Galega nos próximos quatro anos. Por isso, neste contexto em que repensamos a Ibéria, repito que, na Galiza, no Consello da Cultura Galega, ficaremos muito honrados em servir de ponte para o diálogo e reafirmo que estaremos abertos a qualquer iniciativa que contribua para a coesão entre os povos ibéricos e para o conhecimento e apreço da realidade social e cultural de Portugal nesse contexto.

Faço votos para que o diálogo que começa agora sirva para facilitar esse conhecimento mútuo, para provocar estima, derrubar muros invisíveis, apagar preconceitos, aquecer um espírito de fraternidade...

TESTEMUNHOS

Repensar a Ibéria

Emílio Rui Vilar

pág. 25-28

Espaço Ibérico e Políticas Públicas | Algumas notas

Eduardo Marçal Grilo

pág. 29-31

A cooperação hispano-lusa, com uma referência especial à Galiza e ao Norte de Portugal

Luis Caramés Viéitez

pág. 32-33

Cooperação científica e académica entre Portugal e Espanha: percursos, perspetivas e desafios

António Cunha

pág. 34-37

Repensar a Ibéria

Emílio Rui Vilar

“Nós, portugueses, temos muita dificuldade em conceber como um todo o corpo peninsular. Como história, como política, mesmo como cultura, em sentido profundo, a Península fora sempre “penínsulas” que se expressara diversamente, quer nos seus conflitos internos, quer nas suas relações diferentes com a Europa e com o mundo.”

Eduardo Lourenço, 2001

1. Propostas de translação da unidade geográfica da península ibérica para outros estádios da integração – política, económica e cultural – ou a mera consciência, reflexão e debate cívico das formas imaginadas daquela translação ocuparam, sobretudo desde meados do século XIX, com maior ou menor incidência e com diferentes tonalidades, algumas elites intelectuais dos dois países peninsulares.

Diferença de tonalidade, e também de conceito, que se reflecte nas várias expressões terminológicas do movimento: iberismo; hispanismo; pan-hispanidade; peninsularismo; federação ibérica; união ibérica; aliança ibérica e, porventura, outras que escapam.

Não constituindo um tema com grande ressonância popular, suscitou, no entanto e nas suas várias formulações, posições díspares e, muitas vezes, de franca oposição e rejeição. De um lado, a adesão idealística e a reescrita de uma história de conflitos na grande reconciliação dos vários povos peninsulares ou a visão mais pragmática da defesa e contraponto face à influência das grandes potências europeias. Do outro, o temor de anexações indesejadas ou o anátema para um crime de lesa-pátria.

Sem negligenciar o interesse da investigação histórica no aprofundamento da evolução das ideias, motor ou reflexo da transformação política – liberalismo, ditadura, autoritarismo e democracia – e económicas – revolução industrial, autarcia e liberdade de comércio – que Portugal e Espanha experimentaram, ora com sincronismos ora com desfa-

samentos, a verdade é que o relacionamento e a interação entre os dois países, globalmente ou mais limitadamente com algumas regiões fronteiriças, se alterou profundamente nas últimas quatro décadas, primeiro com a consolidação da democracia e depois, sobretudo, com a integração de ambos nas então Comunidades Europeias.

Enquanto regimes autoritários, Portugal e Espanha adoptaram as práticas da autarcia económica. Portugal, no entanto, iniciou bastante mais cedo a abertura ao exterior com a relativa liberalização do comércio externo decorrente da entrada na EFTA – consequência porventura da “velha” aliança com o Reino Unido quando este teve de encontrar uma plataforma alternativa que compensasse a sua exclusão do Mercado Comum – liberalização muito temperada pelos períodos transitórios do célebre Anexo G. E também se antecipou a Espanha na negociação do Acordo de Comércio com a CEE, em 1972. Reflexo, aliás, desta experiência foi o maior dinamismo das exportações portuguesas para Espanha versus exportações espanholas para Portugal nos anos imediatos à entrada de ambos nas Comunidades Europeias em 1986.

2. Hoje, a União Europeia detém o maior peso como destino das exportações dos dois países (75% para Portugal e 67% para Espanha). No relacionamento bilateral, Portugal tem como principal parceiro comercial a Espanha e, para esta, Portugal é o 5º destino das exportações e o 7º como origem das importações. Para Espanha, exportamos mais do dobro do que para o segundo destino (a França) tal como importamos de Espanha mais do dobro do que do nosso segundo fornecedor (a Alemanha). Assim, temos um saldo da balança comercial com Espanha negativo (-7,2 mil milhões de euros) enquanto a Espanha tem com Portugal um saldo comercial positivo (6,9 mil milhões de euros).

Igualmente encontraríamos evidência semelhante noutros indicadores económicos, como no caso do investimento directo estrangeiro.

Outros sinais de interação positiva decorrente da pertença dos dois países à União Europeia serão, por exemplo, o da gestão das bacias hidrográficas e do mercado integrado da energia elétrica. Tal como, ao invés, se pode invocar como não aproveitamento daquele potencial a ausência de uma política ibérica de infraestruturas de transporte, onde

o caso da ferrovia é paradigmático, com enormes custos económicos e ambientais. Ou ainda o do gás natural, onde a capacidade dos terminais peninsulares, especialmente de Sines, poderia constituir, se existissem as interligações necessárias, um princípio de alternativa ao quase monopólio do gás russo no abastecimento da Europa central.

Noutro azimute, no domínio da cultura, tem-se verificado nas últimas décadas melhor conhecimento mútuo e maior intercâmbio. Basta lembrar Saramago em Lanzarote ou Antonio Muñoz Molina em Lisboa. Ou Pessoa (“Todo el arte es literatura”) no Reino Sophia e a Espanha de Joaquín Sorolla, agora, no Museu Nacional de Arte Antiga.

3. Pensar a Ibéria hoje implica pensá-la no quadro complexo das oportunidades, riscos e desafios da própria União Europeia.

Se é certo que o projecto europeu enfrenta, tanto no plano interno como na relação externa, enormes vulnerabilidades e ameaças, a participação dos dois países no relançar da União Europeia deve assentar em dois vectores indissociáveis e no fundo inerentes à matriz do processo construtivo europeu: a vantagem e a solidariedade.

O primeiro será, ultrapassando a tradicional visão nacional, o da definição do(s) interesse(s) (geopolítico e económico) da península no quadro da União Europeia e a sua ulterior afirmação e defesa. Interesse peninsular que pode ganhar maior evidência e sentido útil quando o “arco atlântico” da União Europeia, que atrai naturalmente Portugal e a Galiza, está em vésperas de perder um pilar fundamental com a provável (?) concretização da saída do Reino Unido.

O segundo – quase um dever histórico para os dois países ibéricos que tanto beneficiaram com a integração europeia – será o contributo proactivo no debate necessário e na acção urgente para relançar, com visão estratégica e propostas dinamizadoras, o devir europeu. Contributo para o qual, Portugal e Espanha podem carrear a especificidade do sucesso e das fragilidades das experiências políticas de ambos, no plano interno, e as virtualidades do relacionamento, também de ambos, com regiões e países de outros continentes, no Magreb, na África sub-sariana e na América Latina.

Não calha aqui desenvolver as tramas em que se tece a complexa e imbricada crise da União Europeia. A crise económica, social e ambiental resultado do esgotamento do modelo de crescimento desenhado na segunda metade da década de oitenta; a crise identitária, em que as migrações estão a funcionar como catalisador; a crise da democracia representativa e da chamada alternância democrática com o surgimento de movimentos populistas e nacionalistas; a que se juntam o Brexit e uma envolvente externa carregada de nuvens e de incertezas – Rússia, Médio Oriente, Magreb e até os Estado Unidos de Trump. Mas a paralisia e o adiamento só tornarão mais difíceis os caminhos da mudança.

É um desafio tão gigantesco e tão exigente que o eventual contributo peninsular – como se nos pudéssemos libertar, por passe de mágica, dos nossos próprios desafios, dos nacionalismos e independentismos à dívida soberana – poderá parecer tão desgarrado da realidade como os arquétipos desenhados por Oliveira Martins ou Unamuno. Mas, se a Europa precisa de um golpe de asa, não devemos auto-limitar a nossa capacidade e o nosso dever de intervir como parceiros europeus.

A dimensão europeia torna novamente actual repensar a Ibéria.

Espaço Ibérico e Políticas Públicas | algumas notas

Eduardo Marçal Grilo

Parece consensual que:

1. Estamos perante uma verdadeira revolução política na Europa. O Brexit, a emergência de movimentos nacionalistas e o crescimento de algumas tendências populistas são fatores que põem em causa os fundamentos e a evolução do projeto europeu ou seja a própria consolidação da União Europeia e da Zona Euro;
2. O entendimento entre Portugal e Espanha deve ter como moldura o quadro europeu em que ambos se integram e na certeza de que, quanto melhor os dois países defenderem os seus interesses melhor será o entendimento entre eles;
3. Em muitas matérias não há que procurar o acerto de posições entre Portugal e Espanha, tendo em vista as posições a assumir em Bruxelas, embora haja certas áreas onde pode ser altamente desejável uma cooperação entre instituições dos dois países com o objetivo de se poderem encontrar soluções para problemas que afetam em simultâneo os dois países ibéricos;
4. Pode afirmar-se que a entrada dos dois países na União Europeia em 1986 constituiu um momento a partir do qual Portugal e Espanha foram, obrigados em certas áreas de intervenção das políticas públicas a assumir uma visão estratégica comum;
5. Áreas como o sistema rodoviário, a gestão da água, a regularização das vias e o desenvolvimento do interior da península exigem um entendimento entre os países e uma abordagem comum através de instrumentos permanentes de concertação e troca de informações;
6. Em termos práticos será desejável (i) uma cooperação entre empresas de determinados setores; (ii) um trabalho conjunto entre uni-

versidades dos dois países com a concepção e realização de projetos conjuntos em áreas de intervenção estratégica de interesse comum; (iii) o trabalho entre municípios de Portugal e Espanha em particular dos que se encontram em zonas transfronteiriças; e (iv) a colaboração entre hospitais e centros de saúde de forma a poderem otimizar-se os recursos existentes entre unidades que devem estar ao serviço das populações dos dois países;

7. A nível político entende-se como desejável que as cimeiras Luso/Espanholas sejam preparadas com a devida antecedência tendo em vista a identificação de temas com carácter estrutural e não matérias de índole conjuntural;

8. Um dos objetivos principais das Cimeiras deverá ser sobretudo a criação das condições que permitam aos diferentes operadores atuar em conjunto;

9. Propõe-se que independentemente das Cimeiras Luso/Espanholas que se realizam anualmente sejam promovidas reuniões com carácter informal por exemplo, entre empresários, universitários, outros e agentes culturais;

10. O ambiente, sector que não reconhece as fronteiras políticas, é um dos temas mais relevantes para o estabelecimento de relações entre os dois países não apenas ao mais alto nível político, mas também ao nível das universidades e das instituições responsáveis pelas diversas áreas em que se subdividem as questões do ambiente;

11. Portugal e Espanha são dois países para quem o progresso e a consolidação do projeto Europeu têm uma importância acrescida relativamente ao incremento da sua relação bilateral

12. É muito importante que em ambos os países se faça um esforço para mobilizar a opinião pública para políticas públicas comuns (o caso da saúde e da investigação científica são paradigmáticas);

13. A ciência é hoje um motor de desenvolvimento mas enquanto, que se torna fácil converter dinheiro em ciência é muito difícil converter ciência em dinheiro;

14. Na área da investigação científica Portugal e Espanha apresentam já resultados assinaláveis da colaboração entre instituições sendo que exemplos como o do Instituto de Nanotecnologia de Braga podem e devem ser replicados noutras áreas da ciência e do conhecimento;

15. Especial atenção deve ser concedida às áreas científicas interdisciplinares;

16. A colaboração entre o CRUP e o CRUE é também um excelente exemplo do que pode ser feito por instituições representativas de um setor estrategicamente importante para os dois países;

17. Na área da cultura e das línguas Portugal e Espanha podem ganhar muito conhecendo-se melhor e procurando encontrar as suas complementaridades e as suas diferenças. A língua portuguesa e a língua espanhola podem considerar-se línguas aliadas que vão ter uma importância crescente ao longo de todo o século XXI;

18. Nas palavras de Lorenzo Natalli em 1986 “a adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias é uma mais-valia para a Europa.

19. Tal é hoje ainda mais verdade, uma vez que são dois países com projeção a nível mundial particularmente ao nível das suas línguas e das suas culturas;

20. Os governos de Portugal e Espanha deverão fazer todos os esforços para mobilizar fundos públicos, investimentos privados e apoios filantrópicos destinados a financiar projetos conjuntos em áreas sensíveis para o desenvolvimento e para os processos de avaliação, acreditação, formação e inovação tendo como objetivos a criação de uma sociedade mais avançada e de uma economia digital 4.0;

21. Portugal e Espanha podem e devem ainda desempenhar um papel relevante na construção do mercado interno da energia ao nível europeu.

A cooperação hispano-lusa, com uma referência especial à Galiza e ao Norte de Portugal

Luís Caramés Viéitez

Universidade de Santiago de Compostela

“Eu sugiro que substituamos o velho iberismo, morto e inviável nos tempos de hoje, por um sentido trans-iberista da nossa posição no mundo. Um iberismo à medida das necessidades do nosso tempo”.

José Saramago

A adesão de Portugal e Espanha à então chamada Comunidade Económica Europeia produziu-se quando as circunstâncias políticas levaram ao cumprimento das condições necessárias. No entanto, também é certo que, com a entrada dos países ibéricos, a CEE matizou a sua preponderância setentrional e assim — em certa medida, tendo em conta a ausência da Suíça e da Áustria — identificou-se mais com a sua própria história.

No entanto, de um ponto de vista económico, esta incorporação significou a junção de dois países atrasados, ainda que em níveis diferentes de intensidade. Em 1984, o PIB por habitante, medido em paridade de poder de compra, era de 73% da média comunitária no caso da Espanha e de 45% no caso de Portugal, ou seja, o nível mais baixo da CEE. A população activa no sector primário era preponderante, enquanto o sector terciário tinha muito pouco peso, especialmente em Portugal. Se nos fixarmos nas dinâmicas populacionais, verificamos que, em Espanha, 76% da população vivia em áreas urbanas ou semiurbanas, enquanto em Portugal não ultrapassava os 30%. Portugal apresentava uma monetarização ainda incompleta, dado que sofria de um papel excessivo do autoconsumo, fluxos comerciais débeis e infraestruturas muito deficientes. As diferenças regionais no nível de desenvolvimento

eram muito visíveis em Espanha. Os choques petrolíferos, a par com uma divisão do trabalho em transformação desde o início dos anos 70, haviam contribuído para desequilíbrios macroeconómicos severos em ambos os países, muito mais pronunciados do que na média dos Estados-membros da CEE.

Se tivéssemos que sublinhar o passivo mais preocupante com que Lisboa e Madrid chegavam a Bruxelas, assinalaríamos peso do desemprego, em Espanha, e os desequilíbrios financeiros, em Portugal. No entanto, com todas as dificuldades que constituíam obstáculos para uma adesão com êxito, um olhar retrospectivo reconhece um balanço muito positivo, na nossa opinião, com um papel crucial a ser desempenhado pelos fundos estruturais. Algumas críticas pertinentes que lhes poderíamos fazer não invalidam a sua funcionalidade para as economias ibéricas. Um olhar sobre ambos os países é a melhor maneira de comprovar que a adesão à hoje chamada União Europeia foi, sem dúvida, um feito histórico, esperemos que irreversível.

Atendendo agora aos nossos dois espaços contíguos, a Galiza e o Norte de Portugal, devemos perguntar-nos se estamos a aproveitar todas as possibilidades que a EU abriu para os territórios fronteiriços, considerados num sentido amplo. Com efeito, a integração europeia facilitou uma certa lógica de ‘contorno’ do Estado, dentro da estratégia da Europa das regiões. No entanto, Portugal detém uma estrutura política centralista, que não é em absoluto compensada pela existência de Comissões de Coordenação. Apesar de tudo, a criação da Comunidade de Trabalho, o Eixo Atlântico e outras iniciativas meritórias, como os INTERREG, dão testemunho de uma vitalidade interessante e, sobretudo, de um voluntarismo cuja eficácia se multiplicaria se houvesse instrumentos institucionais mais eficientes e dotados de simetria inter-regional.

No entanto, mais do que a construção de estruturas estáveis de cooperação, há que pôr em relevo algo que, na nossa opinião, progride sem soluções de continuidade: o ‘soft side’ do capital relacional. Este é, provavelmente, um activo imprescindível para o êxito dos projectos concretos e para a manutenção a médio e longo prazo de um objectivo irrenunciável: a aproximação de duas sociedades que já não podem ‘viver de costas’. A melhor estratégia é considerarmo-nos ‘parceiros’.

Cooperação científica e académica entre Portugal e Espanha: percursos, perspetivas e desafios

António M. Cunha

Universidade do Minho

A cooperação científica entre Portugal e Espanha nos domínios da investigação científica, desenvolvimento tecnológico e ensino superior é diversificada, heterógena em termos de importância e abrangência, e envolve iniciativas resultantes de decisões de alto nível, nomeadamente em Cimeiras Ibérica, ou da proatividade de instituições de investigação, inovação ou ensino.

Nesta envolvente, este artigo sintetiza as iniciativas mais relevantes deste universo, num contexto de um crescente esforço de articulação das estratégias de investigação e de formação superior dos países peninsulares, mais evidente e efetiva no corrente século XXI.

Pela sua relevância e efeitos estruturantes merecem especial destaque as iniciativas seguintes.

A rede de Universidades Norte de Portugal - Galiza, consubstanciada pela Fundação CEER, uma entidade de direito espanhol constituída pelas Universidades da Corunha, Minho, Porto, Santiago de Compostela, Trás-os-Montes e Alto Douro e Vigo. Desenvolve projetos de investigação relevantes para a Euro-Região, promovendo a mobilidade de pessoal docente, investigador e técnico, bem como de discentes, nomeadamente através do programa locubus que tem vindo a envolver cerca de 300 estudantes por ano. O CEER foi igualmente precursor de uma rede mais alargada e ambiciosa, a CRUSOE (Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste Europeu) que envolve 22 instituições universitárias e politécnicas da Galiza, Castela-Leão, Astúrias, e Norte e Centro de Portugal. A CRUSOE trabalha em estreita articulação com os

Governos Regionais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional das regiões referidas, respetivamente em Espanha e Portugal.

A parceria CEiiA (Centro de Engenharia e Desenvolvimento de Produto - Matosinhos) e o CTAG (Centro Tecnológico de Automoción de Galicia - Porriño), que permitiu a instalação de infraestruturas de teste e desenvolvimento tecnológico, bem como a capacitação de recursos humanos em engenharia automóvel. O processo desenvolveu-se a partir de 2003 e permitiu a inauguração das instalações do CEIIA na Maia, em 2006. As duas instituições têm continuado a protagonizar um crescimento notável, colaborando em diversos projetos de inovação.

O INL, O Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia é um centro de investigação localizado em Braga. A sua criação foi decidida na XXI Cimeira Luso-Espanhola (Évora, novembro de 2005). As suas instalações foram inauguradas em 2009 e, hoje, acolhem mais de 200 investigadores, num ambiente marcadamente internacional. O INL é uma das principais plataformas de cooperação científica entre os dois países, tanto ao nível da atividade desenvolvida, como da sua gestão estratégica e financiamento.

A RICA (Rede Ibérica de Computação Avançada) está ancorada na Declaração de Roma (março de 2017), subscrita por Portugal e Espanha, onde reforçaram o seu compromisso na EuroHPC (European Initiative on High Performance Computing) e de trabalharem com outros Estados Membros no posicionamento da União Europeia na vanguarda da supercomputação mundial. Esta estratégia foi confirmada na última Cimeira Ibérica de Valladolid e prevê, para além do reforço generalizado da cooperação científica neste domínio, a participação portuguesa na candidatura do BSC - CNS (Barcelona Supercomputing Center - Centro Nacional de Supercomputacion) a uma máquina pre-exascale, e o apoio do BSC à candidatura de um equipamento petascale, protagonizada pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) e pelo MACC (Minho Advanced Supercomputing Center). Ambas as candidaturas foram apresentadas em março/abril de 2019 no âmbito do concurso promovido pela EuroHPC e resultarão num aumento sem precedentes da capacidade de computação à disposição das comunidades científicas e empresariais dos dois países.

Estes quatro exemplos evidenciam a maturidade da cooperação em curso. Para além destes projetos-bandeira, verifica-se o crescimento e a consolidação de um extenso conjunto de atividades, envolvendo investigadores e instituições dos dois países.

No ensino, Espanha é a principal origem de estudantes estrangeiros em Portugal, de países não membros da CPLP, com cerca de 3500. Espanha é igualmente o principal destino para estudantes portugueses em mobilidade Erasmus. Há ainda a registar a existência de vários cursos conjuntos, sobretudo ao nível de mestrado, entre instituições do ensino superior dos dois países.

A investigação foi apoiada até 2011 por programas bilaterais entre a FCT e o CSIC, que ajudaram a promover a interação entre grupos dos dois países. As publicações conjuntas cresceram 4,5 vezes nos últimos dez anos. A partir de 2007, Espanha ultrapassou os EUA e o Reino Unido, tornando-se o principal parceiro de Portugal em publicações científicas. Atualmente, verifica-se um crescente envolvimento dos dois países em infraestruturas estratégicas conjuntas. Para além de iniciativas no contexto europeu e dos já referidos INL e RICA, Portugal aderiu recentemente ao sincrotrão de 3ª geração, o ALBA, em Barcelona.

Verifica-se igualmente intensa atividade bilateral no domínio da inovação, que tem sido fortemente apoiada pelo programa InterReg e o seu sucedâneo POCTEP, envolvendo um conjunto alargado de instituições, nomeadamente universidades, institutos politécnicos, centros tecnológicos e autarquias.

A grande maioria das atividades de ensino, investigação e inovação referidas, têm sido apoiadas por programas bilaterais e europeus. No entanto, verifica-se igualmente financiamento por instituições privadas, nomeadamente a Universia, a Fundação Carolina e, mais recentemente e com maior expressão, a Fundação La Caixa.

Por fim, importa referir o relevante trabalho desenvolvido conjuntamente pelos CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portugueses) e CRUE (Conferência de Reitores das Universidades Espanholas), que resultou na apresentação da proposta de Agenda

Ibérica do Conhecimento e do Ensino Superior, na Ciméria Ibérica de Vila Real em 2017, baseada nos pontos seguintes: i) Implementar um espaço ibérico de ensino superior; ii) Afirmar os países ibéricos no ERA (European Research Area); iii) Valorizar o conhecimento e promover o desenvolvimento; iv) Potenciar a utilização e o estudo das línguas ibéricas; v) Projetos mobilizadores de um desenvolvimento de base científica; vi) Cooperação Mediterrânica; vii) Cooperação no ambiente, mar e espaço; viii) Retenção de talento; ix) Alargamento Ibérico dos programas nacionais de apoio à investigação; x) Formação para as equipas de gestão universitária.

O exposto revela o potencial e a vontade de diferentes atores no aprofundamento deste relacionamento e da sua dimensão estratégica. Os desafios futuros recomendam uma grande articulação no contexto europeu e serão melhor enfrentados por comunidades científicas com maior massa crítica, apoiadas por quadros de programas conjuntos dos dois países. Desejavelmente, essa articulação deverá também envolver projetos mobilizadores de marcado interesse societal, p.ex: alterações climáticas, demografia / envelhecimento; atlântico e espaço.

ENSAIOS

UMA IBÉRIA DE DIFERENÇA E ENCONTRO

Culturas Ibéricas, Culturas Atlânticas

Guilherme d'Oliveira Martins

pág. 39-42

Cooperação e Políticas de Governação no Contexto Ibérico e Europeu

Luís Braga da Cruz

pág. 43-67

Uma Ibéria de diferença e encontro | Culturas Ibéricas, Culturas Atlânticas

Guilherme d'Oliveira Martins

Falar da Ibéria em termos culturais é reportarmo-nos a um conjunto que hoje se afirma como uma realidade cuja complementaridade constitui como uma das suas indiscutíveis riquezas. Lorenzo Natali, comissário para o alargamento nas Comunidades Europeias, sempre afirmou que, quando Portugal e Espanha aderissem ao projeto europeu de pleno direito isso se traduziria num reforço importante, até porque os Estados peninsulares trariam consigo uma rede de influências no mundo global que se desenvolveria no futuro com consequências muito relevantes. E assim aconteceu. Se houve alargamento europeu com consequências positivas e estáveis foi o da Península Ibérica. E se falo de complementaridade, faço-o salientando o carácter marítimo de Portugal e o carácter continental de Espanha. Aí está a chave da diferença e do poderoso elo incindível de ligação. A estabilização do reino de Espanha assegurada pelos Reis Católicos correspondeu, aliás, à consolidação da posição de Castela, confirmando o seu carácter continental.

Miguel de Unamuno, mejor que todos, pôde compreender não só a ligação dos dois Estados independentes, mas também a sua projeção global – ligando o universalismo, a diferença, a identidade, a memória e um sentido cultural aberto, inovador e criativo. E oiçamo-lo: «Sem negar o valor de alguns dos clássicos portugueses, devo dizer que, em meu entender, a literatura portuguesa, que merece ler-se, data do século passado, do período romântico, da época de Almeida Garrett e de Herculano. E creio que a sua verdadeira idade de ouro é a atual». Assim se exprime grande pensador sobre a literatura portuguesa, em texto datado de Salamanca, de março de 1907 e publicado em «Por Tierras de Portugal y de España» (1911), obra fundamental, que permite, através de uma visão de fora sobre Portugal, compreender melhor a nossa realidade ontem e hoje.

De que fala o pensador? Naturalmente, das repercussões poderosas da geração de 1870, não escondendo profunda admiração pelos seus protagonistas – Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro e Ramalho Ortigão. Os três primeiros já não faziam parte do número dos vivos quando o reitor emérito de Salamanca escreveu, mas os dois últimos ainda estavam presentes. E o mestre salmantino invoca uma célebre conversa com Junqueiro: «O Cristo espanhol, dizia-me uma vez Guerra Junqueiro, está sempre no seu papel trágico: nunca baixa da cruz, onde, cadavérico, estende os seus braços e alarga as suas pernas cobertas de sangue; o Cristo português anda por costas e prados e montanhas, com a gente do povo, diverte-se com eles, merenda, e de vez em quando por pouco, para desempenhar o seu papel, regressa à cruz. (...) Aqui há o culto da morte: só que em vez de ser trágico, como em Espanha, é elegíaco e triste»... E ao dizer isto, o mestre sente encantamento. É verdade que não deixa de reconhecer, por comparação, as virtudes da literatura catalã, mas nas letras portuguesas vê um sinal da originalidade e o selo de uma identidade viva. E considera João de Deus o mais português dos nossos líricos do momento, corroborando Junqueiro esta consideração sentida. Contudo, Antero de Quental é outra coisa – comparável universalmente aos maiores na filosofia e na sensibilidade poética. «Em Espanha não temos nada que se assemelhe. Campoamor é a seu lado um falsificador do ceticismo. Quental foi uma das almas mais atormentadas pela sede de infinito e pela fome de eternidade. Há sonetos seus que viverão enquanto viva a memória das gentes, porque serão traduzidos, mais tarde ou mais cedo, em todas as línguas dos homens atormentados pelo olhar da esfinge». António Nobre apresenta o tom de um desespero resignado ou de resignação desesperada, que aparece noutros passos da literatura portuguesa.

Quer o chorar amargo, quer o rir burlesco fazem parte da mesma atitude. E vem à baila Eça de Queiroz e as suas implacáveis sátiras que são tão dolorosas e exprimem queixume, como a mais triste das elegias. Os exemplos são significativos – *A Ilustre Casa da Ramires* e *A Cidade e as Serras*, mas também a corrosiva e supercrítica *Correspondência de Fradique Mendes*. Compreenda-se que é o autor do *Sentimento Trágico da Vida* a falar, apaixonado pelo caráter complexo do português. Há uma identidade construída num cadinho com ingredientes inesgotáveis. Mas Camilo Castelo Branco, com “alma tormentosa e apaixonada”,

teria sido mais espanhol que português, com sinais de Quevedo. E Ramalho fala de proximidade com a dinastia dos Amadises e dos Palmeirins, numa participação evidente nas raízes do gênio peninsular. E Oliveira Martins – o mais artista e penetrante dos historiadores – na *História da Civilização Ibérica* faz a análise desse gênio, ilustrando-o com acontecimentos e com a demonstração das evidentes diferenças e complementaridades. Mas, para que não restem dúvidas, fica ainda para Unamuno a visão profética da língua portuguesa (e das línguas ibéricas) nas novas culturas da América do Sul, com evidentes e imprevisíveis potencialidades.

Mas o lado sombrio do português impressiona o autor de *Agonia do Cristianismo* – que, sobre Oliveira Martins, diz que “o português é constitucionalmente pessimista”. O regicídio de 1908 deixa-o atônito, procurando compreender tão violenta expressão da ira do manso. «Neste povo doce, pacífico, sofrido e resignado, mas cheio de paixão por dentro, os crimes de sangue são raros, muito raros, raríssimos; mas entre os que ocorrem costuma havê-los muito mais atrozes e violentos que aqui em Espanha, onde por desgraça são mais frequentes tais crimes do que ali». Na literatura há manifestações contraditórias – para Alexandre Herculano, a quem faltaria veia de artista, a literatura era uma missão e não um diletantismo, contudo para Garrett as coisas seriam diferentes já que usou a arte para descobrir o fundo do palpitar das entranhas portuguesas. “Que ouviu? Um coro de aflições tristes, uma resignação heroicamente passiva, uma esperança vaga, etérea na imaginação de uma jovem tísica e no desvario de um escudeiro sebastianista”. Mas Eça cultivou a arte e a ironia, falando de fora, não esquecendo o país, sempre presente... Como não lembrar o riso das Farpas, e antes de tudo a ironia e a gargalhada de Gil Vicente, designadamente no *Pranto de Maria Parda*. De facto, o português não perde oportunidade para um chiste e para uma boa piada, com criatividade extraordinária para o picaresco.

Não se esqueça que na Península nasce a literatura moderna, o romance que herdámos: a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, onde encontramos o português nas suas diversas facetas. Fernão Mendes é guerreiro, mercador, missionário, amante e asceta, e nessa multiplicidade, em que muitos não creem (Fernão, mentes?), descobrimos a narrativa moderna. Não há dúvidas de que ele testemunhou tudo o

que nos transmite, não importa saber se encarnou todas as personagens. Sem dúvida antecipou a moderna narrativa. Do mesmo modo, *Dom Quixote de la Mancha*, o cavaleiro da triste figura. Aí está o fim do velho romance de cavalaria, com a salvação apenas de Amadis e de Palmeirim, e o começo de um novo modo de contar e de dizer. Desde a loucura do inventor de Dulcineia e dos moinhos de vento, até ao patético final, em que é Sancho a não querer que Alonso Quijano regresses à condição do homem mortal, que se liberta da condição romanesca...

Unamuno julga ver nos diversos sinais portugueses que “estes elegíacos pessimistas não acreditavam na pátria”. E lê as últimas páginas de *Portugal Contemporâneo*. “Submissos até quando se rebelam”. O país dormiria e sonhava – seria dado despertar ainda a tempo? Parece haver contradição entre considerar uma idade de ouro literária e artística e verificar a persistência de uma passividade endémica. Mas é na superação dessa contradição que os homens da Geração de 1870 e da Vida Nova vão poder encontrar forças para superar o atraso. “Não foi por acaso que Herculano falou do plácido sepulcro rodeado de esperança?”. E Unamuno recorda então o culto muito português das almas do Purgatório, lembrando-nos do mar como um enorme lugar de naufrágios e de mortes. Não por acaso, a nossa criação literária alia o lirismo e a história trágico-marítima. E invoca a figura do “Desterrado” de Soares dos Reis, como um autêntico símbolo, daquilo que o escritor não sabe explicar sobre o que o atraía Portugal. “Que terá esta terra, por fora risonha e branda, por dentro atormentada e trágica? Eu não sei; mas quanto mais lá vou, mais desejo voltar. (...) Parece que por ali pousa a lúgubre sabedoria do Eclesiastes. Num povo triste, tristíssimo, as pessoas divertem-se, sem dúvida, mas divertem-se como se dissessem: comamos e bebamos, que amanhã morreremos”. Marcado pela morte do amigo Manuel Laranjeira e recordando o fim trágico de Antero, de Camilo e de Soares dos Reis, Miguel de Unamuno fala de um país suicida. “Este é um povo não só sentimental, mas também apaixonado, ou melhor dito, antes apaixonado do que sentimental. A paixão trá-lo à vida, e a mesma paixão leva-o à morte”... Cultor de paradoxos, o pensador espanhol não ilude a contradição, agravada pelas circunstâncias – o século de ouro é ditado pela forte consciência existencial e crítica. E a inércia do vulgo é contrariada pela determinação do mundo das ideias, tornando a ação arte, a arte vontade e a vontade determinação... Os vencidos tornam-se vencedores...

Cooperação e Políticas de Governação no Contexto Ibérico e Europeu

Luís Braga da Cruz

1. INTRODUÇÃO

Para repensar a Ibéria, como uma espécie de pátria peninsular com potencial comum, seria muito útil conhecer melhor o percurso complexo dos nossos dois países peninsulares e tentar compreender as razões porque nos tornámos distintos, apesar de tantos traços comuns. Dada a nossa proximidade cultural e física, fomos coniventes em algumas campanhas (na Reconquista Cristã, na Guerra Peninsular contra Napoleão), convivemos de forma ora pacífica ora conflituosa, tivemos disputas e soubemos fazer acordos, comprometemo-nos em distintos alinhamentos com os poderosos europeus. Enfim, fizemos um trajecto histórico ao longo de quase 900 anos, por vezes com alguma proximidade, outras em divergência absoluta. Corremos as sete partidas do mundo durante 500 anos e, finalmente regressámos à Europa e redescobrimo-nos mutuamente.

Procurarei ser breve em relação a esta primeira motivação, até porque reclamaria a contribuição de uma visão de especialista em história. Limito-me a exprimir uma sensibilidade pessoal sobre o que fui apreendendo ao longo da minha vida. Atribuo particular importância para a discussão do tema, rever os ajustamentos que experimentamos depois da nossa transição, quase em simultâneo, para a democracia em 1974/1975 e, sobretudo, o ajustamento social que a nossa adesão conjunta às Comunidades Europeias, em 1986, nos proporcionou. Não tenho dúvida que experimentámos em conjunto uma das mudanças mais radicais dos últimos 150 anos.

Porém, há outros dois temas que me parecem decisivos para equacionar a Ibéria, no actual contexto europeu: o económico e o da coesão territorial. Em termos de economia, abordarei a evolução da nossa

relação comercial bilateral, em especial, e o significado potencial do mercado Ibérico, com figura intermédia entre os nossos antigos mercados internos nacionais e o grande mercado europeu em construção. Quanto à coesão interna dentro da Ibéria, centrar-me-ei no caso paradigmático da nossa fronteira comum, território singular cuja situação de isolamento e de menor oportunidade deve mexer com a nossa má consciência. Reconheço que para os problemas específicos dos territórios de fronteira pode haver soluções, nomeadamente no âmbito da cooperação transfronteiriça, mas é matéria que reclama muita vontade, especial atenção política e capacidade para experimentar formas para fazer diferente. Sendo um tema que me interessa, irei aprofundá-lo.

2. IBÉRIA OU PORTUGAL E ESPANHA?

Portugal é, de certa forma, um país paradoxal em termos europeus. De facto, a sua matriz cultural é claramente europeia, porque cristã e latina. Mas, na sua formação como país, encontramos a presença de elementos diversos que são também o resultado de circunstâncias históricas concretas e de especificidades geográficas singulares que continuam a despertar o interesse dos estudiosos das nossas origens. Portugal, desde os momentos fundadores da nacionalidade integrados em pleno período da Reconquista Cristã, foi um território económico e social de vocação centrífuga. Desde o início não foi capaz de se confinar ao escasso território do Condado Portucalense e foi sensível à necessidade de se expandir. Primeiro para sul cobrindo a fachada ocidental da península até ao Algarve, mais tarde para o Atlântico e para África, para o Oriente e para as Américas. Este carácter português de vocação expansionista resulta da sua localização geográfica extreme na Europa e na Península. Assim se explica ter sido plataforma de partida e, porventura, o nosso fascínio pelo mar “sem fim”, usando a metáfora de Pessoa.

Também a Península Ibérica, na geografia europeia, foi território de apelo a povos vindos de oriente e do Norte. Se os romanos foram atraídos pelos recursos minerais da Ibéria, com a desestruturação da soberania de Roma, os povos do Norte, impropriamente classificados de “bárbaros”, eram atraídos pelas amenidades climáticas e pela facilidade de ocupação deste território sem grande oposição interna.

Motivação idêntica terão tido, no século VIII, os invasores islâmicos, que se mantiveram na Ibéria por quase oito séculos. Não admira que essas circunstâncias tenham conferido ao espaço peninsular o carácter de terreno de confronto permanente e de disputa, elemento que muito marcou o comportamento entre os novos povos que aqui se foram construindo e criando identidades: portuguesa e espanhola.

A Reconquista, que foi factor de convergência interna entre os príncipes cristãos, sempre desavindos entre si, consolidou o domínio cristão em toda a Península, mas não reduziu a tensão com a margem sul do Mediterrâneo. No entanto criou as condições objectivas para que passasse a haver consciência da relação dos povos ibéricos com o seu território, comum. Para Portugal, foram necessários 150 anos (1140-1297) para assegurar vida e identidade próprias, para consolidar o conceito que, mais tarde, se classificaria de nação. Antes da Revolução Francesa o conceito de “nação” tinha uma conotação mais étnica e histórica, ou seja, uma comunidade homogénea com a mesma origem, com valores e costumes culturais e religiosos comuns, que vivia sob a soberania de um rei. O conceito adquire depois um contorno mais político com a transferência da soberania para a própria nação¹.

Espanha sempre foi um conceito de nação mais complexo, formado por diferentes nações, integrador de territórios muito distintos, com diversas relações de identidade. Também podemos reconhecer que o processo de consolidação nacional de Espanha demorou muitos mais anos que em Portugal.

Espanha, ao longo da sua história, sempre oscilou de forma pendular entre duas formas bem diferentes de estruturação da sua soberania. Basta considerar as tensões, entre um modelo centralizado dos períodos gloriosos de Carlos V e Filipe II (o século de ouro), e o modelo de respeito pelas diferentes nacionalidades de que a Constituição de 1931, na 2.ª República, é paradigma. Fidelino de Figueiredo, no seu livro “As Duas Espanhas”², em 1932, explora esta dualidade e identifica o dilema de Espanha:

1 “A soberania reside em a Nação”, aprendíamos nas aulas de “Organização Política e Administrativa da Nação”, no antigo 7.º ano do liceu, por reporte à Constituição do Estado Novo, de 1933.

2 “As Duas Espanhas”, Fidelino Figueiredo, Guimarães Editores, Lisboa, 1932.

“Filipe II representaria um dos termos ou polos da constante alternativa de contrastes do carácter peninsular, duelo de extremismos, sem esbatidos, sem nimbos amortecedores, sem modalidades intermédias. Espanha seria assim a pátria eleita da disciplina que chega a ser despotismo, e da liberdade que chega a ser anarquia... E as sobrevivências das várias nacionalidades incorporadas por Castela... serão suficientemente fortes para opor ao obsoleto tipo de uniformidade? ... Tudo se reduz a um dilema: manter a filipização de Espanha ou desfilipizá-la.”

Noutros períodos da História de Espanha é possível identificar sinais a favor ou contra cada um daqueles dois modelos. Por um lado, o centralismo imposto pelo vencedor da Guerra Civil (1936-1939), por outro o regime autonómico consagrado na Constituição de 1978 que, como se verificou com a crise da Catalunha de 2017, está longe de estar estabilizado.

Alguns dos territórios que integram Espanha, mesmo em períodos de centralização de propósitos, nunca deixaram de reivindicar direitos históricos peculiares que lhes devem conferir níveis de autonomia especiais. Chegam a reclamar a autodeterminação ou a evolução do estado espanhol de uma Nação de Nações para uma Federação de Estados. Os casos mais sensíveis são o País Basco e a Catalunha. O País Basco, depois de ultrapassada a questão da ETA, experimenta um momento de tranquilidade e confiança. É muito curiosa a transposição para a literatura dos agravos que aquele conflito introduziu no fortíssimo nacionalismo basco. O best seller de Fernando Aranburu, publicado em 2017, ajuda a compreender esse fenómeno e o valor do fortíssimo conceito de pátria para os bascos³.

Quando tive responsabilidades na política regional, muito me impressionava a atitude das autoridades autonómicas do país vizinho, dado que apesar dos seus antagonismos, sabiam superar diferenças e assumir posições solidárias quando em Bruxelas estava em causa o interesse espanhol.

3 “Pátria”, Fernando Aranburu, Tusquets Editores, S.A., Barcelona, 2016.

Ao longo da história a ambição de Castela em relação aos diferentes povos peninsulares foi sempre a mesma: alcançar um só domínio Peninsular. A História que nos ensinavam, quando meninos na escola, era a história da nossa conflitualidade com Castela, identificando o país vizinho com um permanente propósito de reduzir a soberania portuguesa. É certo que esse antagonismo defensivo tinha vários matizes e era inculcado no espírito dos portugueses tanto urbanos como rurais de forma a criar um sentimento antiespanhol. Os territórios fronteiriços ainda hoje dão testemunho das guarnições fortificadas, de ambos os lados e de diferentes épocas, que simbolizam esse ambiente de desconfiança. Os ditos populares portugueses consagram os riscos que as lestadas quentes e secas representavam para a nossa agricultura tradicional. Com maldade se dizia que não seria de esperar “de Espanha, nem bom vento nem bom casamento”, esquecendo que tais atitudes reforçavam o isolamento e a pobreza relativa dessas regiões.

Há especulações sobre um hipotético propósito de Franco invadir Portugal em 1940, segundo um plano que o Estado Maior espanhol lhe preparara⁴. Também já ouvi referências a uma tese que Franco defendeu no tirocínio para oficial general de como Portugal poderia ser conquistado em 24 horas... De qualquer forma, posso testemunhar que, quando a CCRN desenvolvia formas de cooperação transfronteiriça com as regiões espanholas adjacente ao Norte de Portugal (Galiza e Castilla y León), nos anos 90, o embaixador que acompanhava esses trabalhos, representando o Ministério dos Negócios Estrangeiros português, sempre recomendava que não se usasse nas minutas das reuniões a palavra “Ibéria”, devendo ser sistematicamente substituída pela explicitação de “Portugal e Espanha”. Apesar das proclamações de amizade e de boa vizinhança, “Ibéria” continuava a ser considerada uma palavra proibida na diplomacia portuguesa, tal era a prevalência do espectro da União Ibérica.

Identifico como principal causa da resistência de Portugal à consolidação territorial a nível peninsular a forte autonomia da sua identidade e as circunstâncias em que se foi formando. Tal auto-

4 “La Gran Tentación; Franco, el Imperio colonial y los planes de intervención en la Segunda Guerra Mundial”, Manuel Rós Agudo, Styria, Barcelona, 2008.

nomia não se manifesta apenas pela afirmação de uma língua autónoma. Aliás, outros povos peninsulares com línguas próprias e com grande relação de identidade com os respetivos territórios não alcançaram ser independentes, porque isso também depende de aspectos circunstanciais. Um amigo catalão, a este propósito chamava a minha atenção para a infelicidade da Catalunha, quando no reinado de Felipe IV se rebelou contra Madrid, tal como Portugal. A Catalunha rendeu-se em 1652, enquanto a Guerra da Restauração com Portugal se decidiu com o êxito da Batalha de Montes Claros muitos anos mais tarde, em 1663. Dizia-me ele que se Felipe IV, nas operações contra os movimentos secessionistas, tivesse começado por jugular a revolta portuguesa e só depois a da Catalunha, muito provavelmente a Catalunha seria hoje “el país hermano” e Portugal “la provincia rebelde”.

Portugal sempre adoptou uma atitude cultural de resistência contra Castela e soube desenvolver projectos próprios. O apelo da descoberta - desde Ceuta (1415) até Alcácer-Quibir (1578) - representa uma gesta invulgar num percurso de cerca de 150 anos, que muito contribuiu para a consolidação de um nacionalismo autónomo e consistente. Tal trajectória conferiu-nos um sentido de identidade distinto, na medida em que soubemos integrar outras culturas. Podemos dizer que Portugal soube ser um actor a nível global granjeando respeito e sabendo ser diferente. Mesmo no período filipino, quando Castela estendeu a sua soberania a Portugal, os reis de Espanha optaram por ser reis de Portugal, mantendo moeda própria no respeito pelos nossos padrões monetários e as representações simbólicas. No anverso das moedas portuguesas figurava o nome do soberano como rei de Portugal obedecendo à sequência dinástica nacional e com o brasão português. No reverso, mantinha-se a tradicional “Cruz de Cristo” em cujos braços se enquadra a consigna da Batalha de Ourique “IN HOC SIGNO VINCES”.

3. PORTUGAL, DO OURO DO BRASIL ATÉ 1974

Outra questão pertinente é compreender as razões do nosso insucesso colectivo, em especial no século XVIII. Como foi possível que, depois de nos termos conseguido libertar do período filipino,

no momento em que nos virava-mos para o novo Mundo e iniciámos a exploração de tão vastos novos territórios, entrássemos em decadência? O século XVIII corresponde por inteiro ao ciclo da riqueza fácil e rápida a partir do ouro do Brasil. O ouro é descoberto nos últimos anos do século XVII e extingue-se na passagem para o século XIX. Creio que o ouro do Brasil terá sido a causa do nosso entorpecimento e a principal causa do nosso isolamento. O ouro comprava tudo, baixando a nossa capacidade de lutar e de ter relação com os novos movimentos inovadores europeus.

Salvo o período de Pombal, em que alguma renovação organizativa foi experimentada, o que se passou depois disso, no século seguinte, constitui a nossa maior desgraça, depois de Alcácer-Quibir (1578). Fomo-nos afastando dos padrões europeus, enfraquecemos. De pouco serviu o ímpeto regenerador de Fontes Pereira de Melo e da renovação das péssimas infraestruturas de que dispúnhamos. A emigração para o Brasil sangrou-nos dos nossos melhores e dos mais empreendedores. A tradicional e muito invocada relação privilegiada com o Reino Unido teve efeitos contraditórios. Se por um lado beneficiámos do apoio militar inglês em momentos difíceis, a sujeição aos interesses estratégicos do velho aliado manietou a nossa capacidade de reacção. Terá sido preservada a nossa autonomia como estado europeu, mas isolou-nos na relação económica com a Espanha e com a Europa.

Chegámos ao século XX com grandes atrasos estruturais⁵. Suporto-me em dados que António Barreto apresentou na sua tese de doutoramento, recentemente reeditada. A nossa agricultura era de subsistência, visto que 65% da população activa ainda trabalhava no sector primário, em 1900. As taxas de analfabetismo eram muito elevadas - 68%, em 1920. O PNB/hab era de 58% da média europeia, em 1910 e a população urbana representava 17% do total, enquanto na Europa já era mais do dobro (36%). Quanto à comparação de indicadores do nosso desenvolvimento comparado com o nível europeu, refram-se apenas três, a título de exemplo:

⁵ António Barreto, “Anatomia de uma Revolução; A Reforma Agrária em Portugal 1974-1976”, em especial: “Nas vésperas da Revolução: a Sociedade, o Regime político e a Economia, A Agricultura e a Sociedade Rural”, D. Quixote, 2017.

- › **km de caminhos de ferro/km2 - um terço da Europa,**
- › **consumo de carvão/habitante - 19% da média europeia**
- › **consumo de aço/habitante - 14% da média europeia.**

Porém, no século XX, as coisas só pioraram, em termos relativos:

- › **PNB/capita Portugal/Europa - 86% (1860) > 38% (1975)**
- › **PNB/capita Portugal/Itália - 92% (1860) > 59% (1975).**

Só nos anos 60 se começa a verificar uma importante mudança social e uma animação da nossa economia (o PIB cresce a taxas médias de 6% de 60/73). A emigração e a guerra colonial representaram um acréscimo significativo na mobilidade social e no abandono rural. O período da guerra colonial foi marcado por um ambiente de economia de restrição, consumindo o esforço de guerra mais de 50% da despesa pública.

A nossa adesão à EFTA como organização europeia de livre comércio, em 1960, também contribuiu para a mudança social. Representou uma oportunidade para a exportação de bens transacionáveis, fez aumentar o investimento industrial e incrementou a abertura da nossa economia junto de mercados do norte da Europa, mais exigentes que os destinos habituais de Portugal.

Entretanto, o emprego feminino manifesta-se nas regiões mais expostas às indústrias de base tradicional, como o têxtil e a confecção, com taxas de actividade feminina muito elevada. Da mesma forma, assiste-se à migração do emprego do sector primário, em especial o de base rural, para os sectores secundário e terciário, este nas grandes cidades. As primeiras iniciativas para a construção de um estado-social reportam-se à parte final da década de 60, no consulado de Marcelo Caetano.

De uma forma geral, podemos dizer que estas mudanças, embora com ritmos diferentes, ocorreram tanto em Portugal como em Espanha, acelerando com o processo da transição democrática nos dois países, em 1974 e 1975. Tratou-se de processos distintos, mas ambos de ajustamento e de grande impacto social e cultural, que outros países europeus também tinham experimentado, depois do termo da 2.ª Grande Guerra.

Porém, os dois países ibéricos tiveram que se adaptar em menos tempo do que os países beligerantes e numa conjuntura económica menos favorável do que a que antes se verificara.

4. DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA À ADESÃO CONJUNTA

Não foi apenas na componente social que a evolução de Portugal e Espanha apresentou alguma similitude, na parte final do século XX. Também se podem identificar no quadro político, embora com processos históricos diferentes, alguns traços comuns, que convergem em 1986 com a adesão conjunta às comunidades europeias. Os anos de 1974 e 1975 marcam o início da transição democrática, o regresso à democracia parlamentar e aos direitos e liberdades fundamentais. Para Portugal, a revolução de Abril de 1974 significou o regresso à democracia e o fim da desgastante guerra colonial que absorvera recursos e energias durante 23 anos. Mas teve outro significado histórico, por ter proporcionado o nosso recentramento na Europa. Este processo de retorno foi traumático para mais de 600.000 portugueses que, estando habituados à vastidão dos territórios africanos onde faziam a sua vida, se viram, obrigados a regressar à estreita metrópole europeia. Portugal, depois de um longo ciclo de 500 anos de diáspora pelo mundo, via-se agora confinado ao seu rectângulo europeu de 92.000 km². Espanha já tinha fechado um ciclo idêntico há muitos mais anos. No entanto faltava aos dois países descobrir um novo compromisso com a Europa Comunitária, o que veio a acontecer no início de 1986.

Pode dizer-se que a adesão conjunta de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias, foi um processo com um significado bem distinto das três adesões imediatamente anteriores - Dinamarca e Irlanda (1973), Grécia (1981). De facto, ambos os países acrescentavam não apenas duas novas línguas, das de maior difusão a nível mundial, mas duas culturas que enriqueceram a Europa e uma capacidade de relacionamento nos diferentes continentes. Terão revelado à Europa novos mundos, estimularam novas rotas comerciais. Praticaram a globalização muitos séculos antes da fase em que hoje a desenvolvemos.

A adesão representou também uma oportunidade para o desenvolvimento dos países ibéricos e para a correcção de alguns dos seus

atrasos estruturais, pelo acesso aos fundos europeus de apoio ao desenvolvimento regional (FEDER), de política agrícola (FEOGA), para a formação profissional (Fundo Social Europeu) e, mais tarde, ao Fundo de Coesão para o investimento em infraestruturas de acessibilidade e de ambiente. O mercado ibérico passou a ser o novo mercado natural de cada um dos dois países, assistindo-se a uma verdadeira explosão do comércio bilateral entre ambos. De facto, antes de 1986, as trocas comerciais entre Portugal e Espanha eram irrelevantes e, em poucos anos, verificou-se uma inversão completa, como referirei mais adiante.

5. O COMÉRCIO BILATERAL ENTRE PORTUGAL E ESPANHA E O MERCADO IBÉRICO

Com a adesão europeia o comércio bilateral experimentou um crescimento continuado e inexorável. As trocas entre Portugal e Espanha, em 1985, representavam 4% das saídas e 6% das entradas. Em 2001, passaram respectivamente para 18,6% das saídas e 26,5% das entradas. Espanha passou a ser líder nas duas vertentes.

De facto, a Espanha, que era o nosso 8.º ou 9.º parceiro, antes da adesão, passou a ser o principal cliente de Portugal (11.001 milhões de euros, 2017) e o seu primeiro fornecedor (19.844 milhões de euros, em 2017)⁶. Em 2002, estes valores eram respectivamente de 5.448 M€ e de 13.600 M€, o que revela a progressiva e continuada consolidação do mercado ibérico como domínio comercial de proximidade, para cada um dos países. De qualquer forma, tanto em termos relativos como absolutos, são valores muito significativos.

Em 2017, no ranking dos clientes de Espanha, Portugal ocupava a 3.ª posição (logo a seguir à França e à Alemanha) e a 7.ª no ranking dos fornecedores de Espanha (seguindo-se por ordem decrescente aos seguintes seis países: Alemanha, França, China, EUA, Itália, Holanda)⁷.

6 "Balanza Comercial de España e Portugal en enero-diciembre de 2017", AEAT y elaboración propia, Actualidad€ Economía Ibérica, Revista da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, n.º 249, Março 2018, p. 64.

7 OEC - The Observatory of Economic Complexity <https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/esp/>

Temos de reconhecer que a taxa de cobertura das importações pelas exportações entre os dois países ainda é muito desequilibrada. No entanto tem vindo a corrigir. Era de 250% em 2002, sendo em 2017 de 180%. Esta forte dependência do mercado espanhol pode levantar algumas apreensões legítimas a Portugal por ficar excessivamente dependente do país vizinho. Recordo que já em 2001, o governo português tinha essa noção, quando o ICEP definiu Espanha como principal alvo no nosso marketing externo, desenvolvendo a forte campanha "Perfil de Portugal" e anunciava que a grande prioridade na promoção externa de Portugal deveria ser - Espanha, Espanha, Espanha...

Em termos de parcerias comerciais das autonomias espanholas com Portugal, em 2017, a Catalunha foi a 1.ª autonomia parceira - com 15% das compras e 24% das vendas, Madrid a 2.ª - com respectivamente 17,6% e 15,4% e a Galiza é a 3.ª - com 17,4% das compras e 13,8% das vendas⁸. É de salientar que este conjunto de três comunidades autónomas representa 52% do comércio entre os dois países. As duas primeiras não nos surpreendem, dada a sua supremacia económica. Quanto à Galiza, pode explicar-se pela proximidade e pelo esforço feito pelas administrações regionais.

O maior défice no comércio externo de Portugal é precisamente com Espanha. Poderíamos concluir que as nossas duas economias estão cada vez mais interdependentes e que, dada a dimensão do mercado espanhol, as oportunidades de exportação de Portugal são ainda muito significativas. Como nos últimos anos a intensidade de exportação em relação ao PIB tem vindo a crescer muito significativamente em especial na Região do Norte de Portugal⁹, não acho que haja grande perigo de perdermos diversidade no nosso relacionamento externo. O que teremos, porventura de rever, é o nosso preconceito em relação à Ibéria, afinal o objectivo da iniciativa da Fundação da Casa de Mateus, em que estas considerações se inserem. Pode haver um novo posicionamento

8 "Ranking principales CC.AA. proveedoras/clientes de Portugal, enero-diciembre 2017", AEAT y elaboración propia, Actualidad€ - Economía Ibérica, Revista da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, n.º 249, Março 2018, p. 65.

9 A intensidade exportadora de Portugal era de 20,3 % em 2004, estando agora, em 2017, em 28,3 %, enquanto na Região Norte, evoluiu respectivamente e 30,0 % para 39,2 % ("A evolução das regiões portuguesas ao longo dos Ciclos de Programação Comunitário", Rui Monteiro e Vasco Leite, CCDRN, Porto, 2018).

dos dois países em muitas matérias, nomeadamente pela exploração do que poderia ser designado pelos mercados ibéricos de natureza sectorial, sem ser necessário brandir o espectro da União Ibérica.

Como vimos, antes da adesão conjunta, os nossos dois países tinham diferentes atitudes na sua relação externa. Portugal, representando um pequeno mercado, beneficiou com a sua adesão à EFTA, tanto em prestígio político como pelo que essa adesão representou de abertura económica ao exterior. A relação com países mais desenvolvidos e exigentes do Norte da Europa contribuiu para que a economia portuguesa se comesse a transformar numa economia mais aberta¹⁰. Em contrapartida, a Espanha franquista no final da guerra europeia e com a derrota dos seus ex-aliados, teve dificuldade em se afirmar internacionalmente¹¹. Optou por se defender do exterior aproveitando a boa dimensão do seu mercado interno e as capacidades de crescimento da sua estrutura produtiva.

Depois da adesão as condições mudaram e ambos os países olharam com interesse para o seu parceiro peninsular. Recordo-me de ouvir o Presidente da Xunta de Galiza - D. Manuel Fraga - afirmar que Portugal era uma oportunidade para as empresas galegas se internacionalizarem dada a proximidade e o bom entendimento entre galegos e portugueses. Assim se foi desenvolvendo o comércio bilateral e consolidando o mercado Ibérico, embora algumas dificuldades se colocassem. Espanha, por não estar habituada, não convivia bem com a algumas tentativas de penetração de empresas portuguesas no seu mercado cativo. São conhecidas as dificuldades que os empreiteiros de construção civil portugueses tiveram, há cerca de 20 anos, quando, apesar de conseguirem ganhar concursos de obras públicas em Espanha, não lograram assumir os trabalhos, dadas as objecções burocráticas e os entraves administrativos levantados pelas autoridades espanholas. No que dizia respeito à exportação de bens de equipamentos domésticos, também eram reportadas com frequência especificações restritivas que não eram senão barreiras proteccionistas artificiais para condicionar os fornecimentos de empresas portuguesas ao mercado espanhol.

¹⁰ Nicolau Andresen-Leitão, "O convidado inesperado: Portugal e a fundação da EFTA, 1956-1960". *Análise Social*, vol. XXXIX (171), 2004, pp. 285-312.

¹¹ Santos Juliá, "Transición, Historia de una política española (1937-1917)", Galaxia Guttenberg, Barcelona, 2017.

Entretanto estas dificuldades foram-se esbatendo com a imposição das regras comuns europeias. No entanto, importa ter a noção do diferente grau de dificuldade recíproca que o mercado ibérico implicava. Passar do mercado interno de cada um dos países para o mercado ibérico representava saltos quantitativos distintos, por a dimensão do mercado espanhol ser cerca de cinco vezes superior à dimensão do mercado português. Passar do mercado interno espanhol para um mercado ibérico, representava para o país vizinho um acréscimo de esforço de apenas 20%, enquanto para Portugal significava um salto de 500%! Seriam desafios diferentes, mas representavam pela proximidade física e pela facilidade de contacto grandes oportunidades para as redes de distribuição das empresas dos dois países, com grande potencial de expansão, o que efectivamente se verificou depois de 1986.

Sendo o mercado ibérico uma evidência natural, determinada por condições objectivas, havia que aproveitar as suas vantagens e facilitá-lo, através de regulação sectorial. Foi o que aconteceu no sector da energia eléctrica, quando Portugal propôs a Espanha a criação do MIBEL - O Mercado Ibérico da Electricidade - para promover a integração dos respectivos sistemas eléctricos e lograr mais eficiência, maior transparência e ganhos de inovação. Este processo teve a sua primeira formalização com a assinatura de um documento de compromisso e orientação, por parte dos dois governos, em Dezembro de 2001¹².

O MIBEL representou um bom exemplo de cooperação nas suas distintas dimensões: política, regulatória e técnica. Começou por ser estabelecido um acordo político entre os dois governos, em que foi definida a ambição, os objectivos e as metas. Foram estimulados encontros regulares das entidades homólogas dos dois países - direcções gerais de energia, entidades reguladores dos sectores eléctricos, operadores de redes de transporte de energia - que tinham como consigna estabelecer sistemas de monitorização, tentar a harmonização de procedimentos, promover o alinhamento legislativo e regulatório, tudo para que as naturais barreiras fossem progressivamente eliminadas. Finalmente, aceitou-se que uma única disciplina de mercado fosse expandida para toda o espaço peninsular, ficando o operador

¹² "Protocolo de colaboração entre as administrações espanhola e portuguesa para a criação do Mercado Ibérico de Electricidade", celebrado em Madrid, a 2 de Novembro de 2001, entre os dois governos.

do mercado diário - spot - localizado em Madrid e o mercado de futuros e derivados ficasse em Lisboa. Havia a noção que o Mercado Interno Europeu da Energia se deveria construir de baixo para cima e a partir de mercados regionais, percepção induzida pela experiência bem sucedida do mercado dos países escandinavos - a Norpool.

Não podemos esquecer que estes processos se constroem de forma continuada, reclamando serem acompanhados pela vontade política dos estados envolvidos. A liberalização do sector da energia foi sendo progressivamente aplicada no contexto comunitário, implicando alterações profundas na forma como o sector eléctrico estava estruturado¹³. Reclamou a dissociação das actividades da fileira eléctrica - produção, transporte, distribuição e comercialização - em distintas estruturas empresariais. Mas também obrigou a que se questionassem os contratos de aquisição de energia e a progressiva submissão da energia por eles produzida a mecanismos de formação livre de preços. Numa primeira fase, verificaram-se preços diários muito diferentes para cada um dos países. Porém, com o crescimento dos volumes negociados e pela utilização das facilidades de trânsito de energia nas interligações fronteiriças entre as duas redes, que entretanto foram muito aumentadas, esses preços foram-se aproximando não sendo hoje muito divergentes.

Seria legítimo questionarmo-nos se não seria possível explorar outros domínios da actividade económica onde fosse possível alcançar progressos em matéria de eficiência e entendimento, em especial onde a harmonização de procedimentos representasse facilidade de operação para as empresas. Não seria difícil identificar domínios em que isso se pudesse concretizar com vantagens para ambas as partes, como por exemplo na problemática da concorrência. Mais uma vez era importante estabelecer uma disciplina de encontros regulares, identificar problemas, harmonizar procedimentos regulatórios ou criar estruturas mistas de arbitragem para apreciarem matérias de conflito. Outro domínio possível seria na política de empresa que favorecesse a competitividade e estimulasse o ambiente de parceria

¹³ Directiva europeia do mercado interno de electricidade (Directiva 2003/54/EC, do Parlamento Europeu e da Comissão, de 26 de Junho de 2003), que estabelece regras comuns para o mercado interno da electricidade e que foi transposta tardiamente para o ordenamento jurídico nacional, pelo Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro.

entre empresas com afinidades, explorasse complementaridades de especialização, tanto por sectores como por territórios.

Não devemos esquecer que cada problema tem um nível territorial de possível cooperação mais ajustado - nacional, regional ou local - que devidamente equacionado pode trazer grandes vantagens para quem pretende inovar e incrementar boas práticas das suas instituições empresariais ou sociais. Estamos no domínio da aplicação do princípio da subsidiariedade. É o que acontece com as relações de cooperação nas zonas fronteiriças, que abordarei a seguir. A Cooperação Transfronteira foi outra grande oportunidade que se abriu com a nossa comum adesão em 1986.

6. A FRONTEIRA ENTRE PORTUGAL E ESPANHA E A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Quando nos debruçamos sobre as condições específicas que determinaram ao longo de uma história, com tantos palelismos, a identidade dos nossos dois países ibéricos, é importante enfatizar como é singular a nossa fronteira comum. Em termos de adjacências fronteiriças, Portugal tem um único vizinho, enquanto a maioria dos países do centro da Europa e com uma dimensão similar, tem um número bem superior (Áustria - 7, Hungria -7, Polónia - 7, Eslováquia -5, Sérvia - 7, Bulgária - 5, República Checa - 4).

Esta singularidade sempre foi um elemento básico e estruturante para afirmação da nossa independência nacional e, como já se referiu, foi também um factor de mútua desconfiança. Mesmo no período de convivência política e afinidade ideológica, nos tempos de Salazar e Franco, nunca houve preocupação de nos sintonizarmos em temas de desenvolvimento comum. Foi para mim surpreendente, quando a CCRN começou a preocupar-se com a cooperação transfronteira no final dos anos 80, verificar a incompatibilidade entre a rede de estradas do nosso Plano Rodoviário Nacional de 1985, com a rede rodoviária espanhola. Eram dois sistemas obedecendo a disciplinas de planeamento distintas sem qualquer preocupação de racionalizar interesses comuns. Por exemplo, a ligação da Galiza ao centro e ao sul de Espanha, teria vantagens em estabelecer-se por recurso a

um atravessamento em diagonal por Trás-os-Montes e pela Beira Interior, em vez de contornar tangencialmente o nosso território pela Sanabria, a norte de Bragança, seguindo depois para sul, paralelamente à fronteira pela “Ruta de la Plata”. Esta inconsistência tem subsistido até momentos mais recentes, como prova a permanente hesitação na fixação do corredor para a ligação do comboio de alta velocidade entre Lisboa e Madrid. Poderiam ter sido ponderadas várias alternativas, nomeadamente pelo vale do Tejo a Cáceres, mas acabámos por ficar confinados à solução mais conveniente para Espanha - por Badajoz /Merida.

Recorde-se que, apesar da União Europeia pedir aos estados-membros uma visão estratégica partilhada e convergente¹⁴, tal tem sido de difícil concretização entre Portugal e Espanha. A fronteira entre Portugal e Espanha é também uma fronteira singular no contexto europeu. De facto é a fronteira mais antiga, mais estável e mais extensa entre dois estados-membros da União Europeia. A mais antiga porque foi estabilizada pelo Tratado de Alcañices, entre o nosso rei D. Dinis e o rei D. Fernando IV de Leão e Castela, em 1297. A mais estável, na medida em que, salvo pequenos acertos acordados mas não cumpridos¹⁵ e os territórios de Olivença (que perdemos com a chamada Guerra das Laranjas em 1801) a fronteira não mudou durante mais de 700 anos... É a mais extensa linha fronteiriça, porque desdobrada representa 1.232 km.

No entanto, esta zona de fronteira também é caracterizada por outras singularidades menos brilhantes, com alguns indicadores de que não nos podemos orgulhar. Na verdade, a faixa fronteiriça, seja qual for a largura que consideremos, de 5 ou 50 km, representa o território ibérico que mais população perdeu nos últimos 50 anos, podendo a perda ser contabilizada em mais de 50% da população

¹⁴ “EDEC - Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário Para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE”; Aprovado no Conselho informal de Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território, em Potsdam (Alemanha), Maio de 1999, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

¹⁵ Pelo Tratado de Alcañices, Portugal adquiriu os territórios de Riba-Côa, entre os rios Côa e Águeda, que incluíam Almeida, Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Monforte, Sabugal, Vilar Maior, e ainda alguma terras em Castela que nunca chegaram a ser demarcadas como portuguesas: San Félix dos Galegos, próximo de Ciudad Rodrigo, e Ermezende no termo de Zamora.

residente. Tratam-se de territórios de baixa densidade - demográfica, social e económica. Porém, esta extensa fronteira está longe de ter um comportamento homogéneo, na medida em que nos primeiros 100km, ao longo do troço internacional do rio Minho, entre Caminha e Melgaço, vive mais gente em ambos os lados que nos restantes 90% da fronteira comum aos dois países.

Uma fronteira tão extensa incorpora, naturalmente, realidades muito distintas, desde a foz do Minho à foz do Guadiana. Mas as gentes que vivem em cada parcela da fronteira apesar da separação e do isolamento a que foram votados, têm elementos culturais comuns que se manifestam quando as oportunidades de acercamento se proporcionam. Este fenómeno é particularmente sensível entre os que vivem ao longo do rio Minho e, de uma forma mais lata, entre o Norte de Portugal e a Galiza. Foi o que aconteceu depois de 1986, com a atenuação das fronteiras. Em especial, foi pioneiro o trabalho desenvolvido entre a Xunta da Galiza e a Comissão de Coordenação da Região Norte que souberam explorar as oportunidades que se abriram para a cooperação transfronteiriça e que abrangeram diferentes tópicos: entendimento entre instituições regionais, construção de infraestruturas para melhorar a acessibilidade (pontes sobre o rio Minho, transbordador fluvial), concertação de políticas ambientais e interacção entre agentes económicos, sociais, culturais e entre autoridades locais. Voltarei a este tópico um pouco adiante.

Alguém disse que as fronteiras são as cicatrizes da História. Ao longo da nossa fronteira, verifica-se que os territórios adjacentes foram sendo votados a um progressivo isolamento, que se traduziu pela redução de oportunidades para as populações que neles habitam e onde construíram as suas raízes. Podia dizer-se de forma mais enfática que a situação mais problemática das zonas fronteiriças é um dos efeitos negativos da Europa das Nações. A fronteira transformou-se no “fim da linha”, onde as margem de oportunidades são mais baixas, as dinâmicas produtivas mais débeis, as redes de acessibilidade e de serviços mais capilares e menos densas, os graus de mobilidade mais reduzidos e o isolamento mais persistente. Em ambos os lados da fronteira, as condições de normalidade foram-se perdendo o que conduziu a um natural maior isolamento. Acresce que os territórios fronteiriços são predominantemente rurais, despovoados, envelhecidos e pobres.

Temos de reconhecer que neles é mais difícil concretizar a integração europeia. Por isso a Comissão Europeia reconheceu a importância de adoptar iniciativas específicas para apoiar a cooperação transfronteiriça, a nível europeu. Portugal e, mais concretamente a CCRN e a Xunta da Galícia, podem orgulhar-se de terem sido decisivos na proposição de medidas que deram origem ao Programa Comunitário INTEREG, como expliquei anteriormente¹⁶.

As zonas fronteiriças entre Portugal e Espanha revelam singularidade em relação a outras fronteiras europeias. Nestas também se podem identificar problemas semelhantes aos nossos, porém sem tanta intensidade. Se a nossa fronteira é um território de baixa intensidade económica, social e demográfica, a cooperação transfronteiriça pode assumir-se com uma forma de o contrariar. É questão de descobrir nelas algumas virtudes ou vantagens, que também as tem, e de valorizar os seus recursos. Na verdade, também é possível identificar aspectos positivos nas zonas fronteiriças. Se numa faixa de 50 km de fronteira entre os nossos dois países só existem três cidades com mais de 10.000 habitantes, em contrapartida há aí uma boa dotação de instituições de ensino superior - doze pólos em Portugal e sete do lado Espanha. Em matéria de qualidade ambiental, paisagística e patrimonial a zona fronteiriça apresenta elementos muito estimáveis. Exemplo disso é o facto de neste território se poderem contabilizar oito sítios incluídos na lista indicativa do Património Mundial, muitas áreas protegidas, assim como sítios da Rede Natura 2000.

A abordagem integrada dos problemas, nas regiões transfronteiriças, pode ser decisiva e deve tentar explorar o potencial de cooperação que aqueles atributos e os correspondentes recursos, quando devidamente organizados, podem representar. Dada a escassez de população, faz sentido racionalizar o uso dos equipamentos, criar condições de acesso às respectivas populações. Incluo nestes equipamentos tanto os de natureza desportiva como os recursos para cuidados sociais e de saúde ou para valorização de pessoas e organizações - centros tecnológicos, de formação, de cultura, de desenvolvimento local, etc. Faz sentido criar serviços transfronteiriços: de transportes, bolsas

¹⁶ Luís Braga da Cruz, "Uns Bons Princípios", in "Unha Eurorrexión entre dous séculos", coordenação Ernesto S. Pombo, edição do Eixo Atlântico del Nordeste Peninsular, Vigo, 2010.

de emprego, condições de acesso a equipamentos. Para haver mais cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha é necessário cuidar das condições, até porque se trata de um contexto novo que reclama abertura mais inovadora e menos preconceituosa face aos problemas que se levantam.

A questão prende-se com a gestão da cooperação a nível nacional de cada um dos países. As plataformas disponíveis para abordar estes temas são, à falta de outras instâncias com mandato para tal, as cimeiras anuais entre os chefes de governo dos dois países. Ultimamente, as temáticas transfronteiriças costumam estar sempre presentes na agenda das cimeiras, o que revela a reconhecimento da necessidade de reduzir as condições de tratamento assimétrico das populações destas zonas. Porém, as cimeiras ibéricas não podem ser iniciativas pontuais, entre as quais pouco acontece. É necessário garantir que a saudável preocupação manifestada nas cimeiras se transforme em actuação política operacional e continuada. Era importante que se dinamizasse a Comissão Luso-Espanhola de Cooperação Transfronteiriça, órgão misto de assessoria aos dois governos, para fazer o acompanhamento, dos dossiers entre cimeiras, uma espécie de secretariado técnico das cimeiras que preparasse os dossiers e reportasse o seu progresso. Os diferentes assuntos da agenda não podem ser deixados ao maior ou menor voluntarismo dos ministros com responsabilidades sectoriais homólogas. É crítico saber identificar os interesse comuns e ser activo na formatação de políticas públicas conjuntas correspondentes. Poderia ser útil que se valorizasse o papel dos embaixadores neste novo contexto.

Há muitos temas em relação aos quais se poderia obter um óbvio progresso. Uma forma de promover integração nestes territórios seria criar melhores condições à mobilidade das populações, em especial quando há centros urbanos de alguma dimensão junto à fronteira, como nos casos dos municípios ao longo do rio Minho, entre Chaves e Verín, entre Elvas e Badajoz ou Vila Real de Santo António e Huelva. O estabelecimento de linhas de transportes públicos pendulares e periódicos deveria ser estudado e proposto aos operadores da zona. O conceito de eurocidade, que existe em alguns destes eixos urbanos - caso de Chaves-Verín - foi concebido

para explorar a complementaridade de funções urbanas e estimular essa mobilidade. Tenho defendido que um programa interessante para reduzir o efeito de fronteira e, indirectamente, combater a redução populacional seria o de estimular a mobilidade de jovens em idade escolar, um tipo de programa Erasmus transfronteiriço, que cruzasse a participação desses jovens em instituições de ensino superior de ambos os lados da fronteira.

Fará sentido conhecer melhor a actuação pioneira da cooperação transfronteiriça, entre a Galiza e o Norte de Portugal, e avaliar algumas das iniciativas e seus impactos. A cooperação entre a Galiza e o Norte de Portugal beneficiou de condições especiais já referidas, em especial das afinidades culturais de natureza latente, sempre disponíveis para serem mobilizadas, bem como o tipo de povoamento e da densa ocupação destes territórios. Inicialmente, mesmo antes de 1986, já tinha havido uma aproximação entre responsáveis pelo planeamento regional, a que seguiu uma clara manifestação de vontade. Tratou-se de um processo em que se foi criando uma base de conhecimento recíproco, em que se fez trabalho conjunto e em que foi sendo construída uma base de confiança e respeito comum. É bom sublinhar que, a grande diferença de responsabilidade a nível político e administrativo, nunca condicionou o desenvolvimento de um trabalho consistente e útil. Assim, em 1991, foi possível criar a primeira forma de institucionalização da Cooperação Transfronteiriça entre os nossos dois países, pela constituição da Comunidade de Trabalho Galiza / Norte de Portugal. Esta figura estava consagrada pela Convenção-Quadro Europeia sobre a Cooperação Transfronteiriça entre as Colectividades ou Autoridades Territoriais, que Portugal e Espanha tinham subscrito¹⁷.

Houve a preocupação de que esta comunidade de trabalho se orientasse pelo sentido de utilidade das suas iniciativas para o progresso e bem-estar das populações fronteiriças cuidando, nomeadamente, de condições para que se antecipassem os efeitos positivos que a criação do mercado interno iria proporcionar, apoiar à internacionalização das economias regionais, incrementar a mobilidade dos cidadãos

¹⁷ "Convenção-Quadro Europeia sobre a Cooperação Transfronteiriça entre as Colectividades ou Autoridades Territoriais", Conselho da Europa, 1980, aprovado em Portugal para ratificação pelo Decreto do Governo n.º 29/87 de 13 de Agosto.

e a concretização de projectos de relevância comum. São exemplos disso as novas pontes sobre o rio Minho, a criação de um parque natural da Galiza na continuidade do Parque Nacional da Peneda-Gerez, garantir a qualidade da água do rio Minho por controle das fontes poluidoras, o estímulo à aproximação de municípios vizinhos e das suas políticas locais. Também se cuidou da animação dos parceiros regionais mais decisivos no processo de desenvolvimento: universidades, confederações empresariais, sectores das administrações territoriais, em especial nas políticas de cidade, cultura e emprego.

O programa INTEREG Europeu (1990) teve aqui o seu berço (1986). Como se referiu antes, constitui uma história interessante. A CCRN e a Xunta de Galicia fizeram uma proposta nesse sentido, no início da segunda metade da década de 80, a qual foi apresentada aos respectivos governos centrais. Estes dois governos decidiram estender a proposta a todo a fronteira luso-espanhola e propô-la a Bruxelas para financiamento. Como reacção a Comissão Europeia respondeu com a criação da primeira versão experimental do INTEREG, para o período de 1990-1993, ao qual foram considerados elegíveis zonas fronteiriças de onze estados-membros. Apesar do volume de investimento desta primeira versão não ser muito significativo, na divisão de recursos e em termos relativos, a fronteira entre os dois países ibéricos foi tratada generosamente, com uma repartição proporcional às respectivas áreas nacionais abrangidas - cerca de 2/3 para Espanha e 1/3 para Portugal.

Este programa comunitário foi tendo sucessivas edições, cinco ao longo destes 30 anos, com crescente afectação de recursos a novas áreas elegíveis, até atingir os 10.100 milhões de euros (na edição de 2014-2020), aplicados a 28 estados-membros. Como balanço global na zona fronteiriça de Portugal e Espanha foram objecto de investimento 1.406 projectos a que correspondem 2.426 milhões de euros de investimento total. Por tipo de investimento pode referir-se, não só a grande variedade de infraestruturas de acessibilidade e de projectos para melhorar o desempenho ambiental, mas também investimentos de natureza imaterial em objectivos de carácter socio-económico, I&D, apoio às PME, temas ambientais, reforço da capacidade institucional, etc.

Os dois Estados procuraram regular juridicamente a dinâmica da cooperação transfronteiriça, celebrando um tratado específico, no ano de 2002, em Valência¹⁸. Como balanço da aplicação desta convenção podemos começar por referir que a cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha passou a estar estruturada em seis áreas de cooperação institucional, gradualmente instituídas:

1. Norte de Portugal / Galiza (1991)
2. Alentejo / Estremadura (1992)
3. Centro de Portugal /Castilla y León (1995)
4. Algarve / Andaluzia (1995)
5. Norte de Portugal / Castilla y León (2000)
6. Alentejo / Andaluzia (2001)

Até 2007, a Comissão Luso-Espanhola de Cooperação Transfronteiriça, refere terem sido celebrados 50 acordos de cooperação transfronteiriça que previam a criação de novas entidades, na sua grande maioria sem personalidade jurídica¹⁹. Em contrapartida, em 2014, nos trabalhos preparatórios da quinta edição do INTEREG (2014-2020)²⁰, já tinham sido identificadas 29 entidades enquadradas na Convenção de Valência e mais quatro ao abrigo do Regulamento UE n.º 1.082/2006²¹. Discriminando por tipologias, temos uma grande variedade de formas institucionais:

18 “Convenção de Valência”, convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça entre Instâncias e Entidades Territoriais, assinada em Valência, 3 de Outubro de 2002. Aprovada pela Assembleia da República e ratificada pelo Presidente da República, em 1 de março de 2003. Entrou em vigor em 2004. O regime jurídico aplicável à celebração de protocolos de cooperação transfronteiriça, bem como o respectivo procedimento de controlo prévio, foi estabelecido pelo DL n.º 161/2009, de 15 de Julho.

19 “Para um novo acordo de cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, Para uma nova Convenção de Valência”, RIET - Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças, Huelva, 14 de Novembro de 2017, pp 33-34.

20 Também designado por POCTEP (2014-2020)

21 Regulamento (CE) n.º 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho de 2006 (JO L 210 de 31.7.2006, p. 19), que formaliza a Constituição de Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT).

comunidades de trabalho (7), associações de municípios (6), agrupamentos europeus de cooperação territorial (4), eurocidades (4), fundações (2), centros de estudo (2). É legítimo questionarmo-nos sobre os futuros modelos para os programas de cooperação transfronteiriça e que alterações devem ser promovidas.

A partir do registo dos sucessos da actuação referida, poderíamos ser tentados a concluir que a Zona Fronteiriça de Portugal e Espanha é uma das mais estruturadas, dinâmicas e organizadas da União Europeia. Através dos programas de cooperação transfronteiriça verifica-se que se estimulou de facto uma dinâmica institucional, que novos protagonistas surgiram e que algumas das figuras criadas até beneficiam de personalidade jurídica. Há quem entenda, a meu ver bem, que deve haver maior apelo à participação dessas entidades na definição de novos objectivos, nos programas e no seu acompanhamento²², no contexto europeu, corresponder ainda a um território envelhecido, pobre e socialmente enfraquecido.

As questões com que as zonas de baixa densidade nos interpelam, continuam a ser as mesmas e também se aplicam às zonas fronteiriças: - Como se lhes podem conferir condições de maior competitividade? A resposta tem de passar pela redução do seu isolamento e dos efeitos de fronteira e pela concepção de uma nova geração de políticas de cooperação transfronteiriça, estimulando os actores regionais e locais a focarem-se nos problemas dos cidadãos. Quanto aos domínios a que é preciso dar prioridade, por serem os mais sensíveis para as populações, não hesito em considerar as seguintes: saúde, emprego, formação, educação, cultura, lazer, serviços às empresas. Uma vez que os recursos são escassos o futuro da cooperação reclama que sejam concertadas as visões sobre as possíveis oportunidades nestes espaços.

Termino estas considerações focando-me em alguns constrangimentos que foram bem identificados no debate que a RIET²³ promoveu

22 “Para um novo acordo de cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, Para uma nova Convenção de Valência”, relatório referido, p 36.

23 A RIET - Rede Ibérica das Entidades Transfronteiriças pretende agregar as entidades portuguesas e espanholas que se interessam pela cooperação transfronteiriça e mobiliza alguns dos responsáveis por acções inovadoras neste domínio. Assume-se como plataforma de reflexão, convocando para esse debate pessoas com distintas formações e experiências: académicos, empresários, políticos, autarcas, ex-responsáveis pela definição de políticas públicas, antigos embaixadores, etc.

e no qual participei como membro do seu Conselho Consultivo, para defender a necessidade de adequar a Convenção de Valência à realidade actual. Um dos pontos importantes que é necessário rever resulta do facto das entidades, empresas ou instituições com personalidade jurídica, terem de possuir a sua sede num dos dois países e de se submeterem ao quadro legal do respectivo país. Essa circunstância pode representar uma restrição à livre operação desses agentes no outro lado da fronteira. Para superar esta dificuldade, os juristas que se debruçaram sobre o tema entendem que o ideal seria reconhecer um estatuto especial a estes operadores transfronteiriços e que o quadro normativo da Convenção entre os dois estados passasse a ser a fonte jurídica para enquadrar as entidades que operam nos dois territórios. Daí deduzem a necessidade de rever a Convenção de Valência. Reclamam que haja uma dimensão transnacional nas relações jurídicas, evitando que essa relação seja complexa e desmotivadora. A força jurídica que obriga estas organizações transnacionais deveria vir do própria convenção e não, por remissão, da lei de cada país.

O que se reclama de uma nova convenção é suficiente flexibilidade para poder ser motor e não entrave. Trata-se de rever o princípio da territorialidade que empurra o agente transfronteiriço para o direito público pré-existente no outro país, quando atravessa a fronteira, o que provoca complexidade, burocracia acrescida e ineficácia. Este propósito tenderia a favorecer a formação de novas figuras orientadas para a cooperação transfronteiriça e a definir regras gerais de organização e funcionamento para que as entidades dotadas de personalidade jurídica pudessem actuar com maior eficácia. Também permitiria outorgar a um organismo de cooperação transfronteiriça a capacidade para praticar actos administrativos fundamentados pelo direito de um lado, mas com aplicação no outro.

Também se considerou a necessidade de rever a delimitação geográfica das zonas fronteiriças elegíveis às medidas dos programas europeus de apoio a este tipo de cooperação. Essas áreas de elegibilidade deveriam ser variáveis em função da natureza dos problemas que se propõem resolver e ter em atenção que se justificam novas medidas de política e diferentes tipologias de projectos. Ao fim 30 anos é bom reconhecer que há novas realidades que podem reclamar diferentes ponderações territoriais. Também se sugere que as comunidades de

trabalho devem evoluir para órgãos de acompanhamento das políticas de cooperação transfronteiriça a nível de cada uma das seis áreas de cooperação institucional.

Outra questão fronteiriça prende-se com a crescente mobilidade para o espaço europeu de imigrantes ilegais e de refugiados oriundos de cenários de guerra. Após 1997, com a Convenção de Shengen, 30 países europeus (estados-membros da UE ou não) aceitaram uma política de abertura de fronteiras e de livre circulação de pessoas, embora com condicionamentos mais apertados nas fronteiras do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca. Pelo Tratado de Lisboa (2007) este espaço comum alargou o seu compromisso aos temas da segurança interna e de justiça, com implicação nas políticas de asilo, de visto, de imigração e nos temas policiais e judiciários. Estes avanços, mais recentemente, estão a testar a capacidade de solidariedade europeia e a coesão interna entre estados-membros com diferentes graus de aceitação daqueles fenómenos. Também é o ponto crítico que mais condiciona o acordo de Brexit, por a fronteira entre as duas Irlandas se transformar numa fronteira externa da União. Em conclusão, as fronteiras continuam a ser matéria importante na concretização do projecto comum europeu.

RELATOS

Repensar Ibéria: uma Apreciação

Daniel Lanero Táboas

pág. 69-74

Crónica

Xerardo Pereiro

pág. 75-97

Repensar Ibéria: Uma Apreciação Daniel Lanero Táboas **Universidade de Santiago de Compostela**

Entre os dias 12 e 14 de Outubro de 2018 celebrou-se em Mateus (Vila Real) o Seminário Repensar Ibéria, organizado pela Fundação da Casa de Mateus e pelo Consello da Cultura Galega, sob a coordenação de Teresa Albuquerque e Ramón Villares.

O Seminário pretendia ir além dos esforços pontuais para pensar em conjunto a realidade social, cultural e política da Península Ibérica feitos desde o século XIX por destacados representantes das elites intelectuais de ambos os países para, desta forma, refletir e debater os desafios atuais dos dois estados ibéricos, tanto na perspectiva das suas relações mútuas como nos quadros mais amplos da União Europeia e do mundo atlântico (comunidade ibero-americana), de que ambos são parte integrante.

Por outras palavras, o Seminário queria ir além dos pesos e dos estereótipos mentais e culturais próprios da história mais ou menos conflitual que marcou as relações entre os dois países até há pouco tempo. Ultrapassando este "viver de contas viradas", deixando de lado os receios, os temores e os "ruídos" culturais, o principal objetivo do encontro consistia em diagnosticar as possíveis vantagens que os estados ibéricos podem retirar se enfrentarem de forma colaborativa os desafios do presente e do futuro.

Na verdade, e antecipo algumas das conclusões que tirei das conferências e das discussões que se seguiram, acredito que o pragmatismo (especialmente político) de muitos dos oradores, em particular daqueles que tiveram altas responsabilidades políticas num passado próximo, prevaleceu sobre o idealismo moderado dos organizadores.

Por outro lado, apesar da solidez da democracia nos dois países, da sua plena integração nas organizações políticas e económicas internacionais e das evidentes relações de boa vizinhança, parece que

os profundos efeitos psicológicos da desconfiança histórica entre os dois países precisarão ainda de mais tempo até serem definitivamente ultrapassados.

A hiperidentidade portuguesa ou o complexo de superioridade (pseudo-imperialismo?) espanhol no quadro das relações peninsulares podem ser dois bons exemplos. O "revival" de uma determinada visão do "iberismo" no contexto dos anos mais difíceis da atual crise económica, bem como as reações e debates que foram levantados em ambos os lados da fronteira, também podem ser interpretados nessa linha.

Sem cair numa visão determinista e excessivamente pessimista, acredito que este Seminário demonstrou que as pequenas ações colaborativas são mais viáveis do que uma ambiciosa ação conjunta no cenário geopolítico mundial. Para começar, porque tanto a Espanha como Portugal são poderes periféricos ou de segunda ordem inseridos no âmbito de uma organização política, a União Europeia, à qual, provavelmente, será complicado inverter o papel de agente em declínio no contexto global.

Neste sentido, a conferência inaugural de Jaime Gama, "União Europeia: realidades, riscos e desafios", constituiu uma boa dose de realidade, na qual, no entanto, me ficou a faltar uma análise mais abrangente da questão das fronteiras externas da UE e das pressões migratórias a que se encontra sujeita, bem como da falta de uma política de migração bem definida e consensual, uma questão particularmente sensível no ponto de vista da Espanha e de outros países mediterrânicos que são membros da União.

Na Mesa 1, sobre "A transição para a democracia dos estados ibéricos", Santos Juliá refletiu sobre a genealogia (política) do conceito de "transição" em Espanha, enquanto António Costa Pinto caracterizou a Revolução de 1974 e os anos que se lhe seguiram como uma verdadeira crise de Estado e explicou que a institucionalização da democracia em Portugal foi possível, entre outros fatores, pela vontade de acabar com os legados, tanto do Estado Novo como do Processo Revolucionário em Curso (PREC), mesmo que a influência deste duplo legado marque profundamente os quarenta anos da atual democracia portuguesa. Além do interesse que tiveram as duas apresentações e

a introdução de alguns elementos comparativos, ficou em falta uma maior interatividade e diálogo entre as duas contribuições.

Pelo contrário, foram provavelmente as Mesas sobre "Cooperação e políticas de governança" (Mesa 2) e "Espaço Ibérico e políticas públicas" (Mesa 3) as que melhor permitiram detectar oportunidades específicas para iniciativas colaborativas.

Neste particular, acredito que podem ser identificadas duas realidades ou situações distintas: 1) as ações conjuntas que já têm uma certa tradição ou um caminho percorrido, das quais podemos obter experiências proveitosas para aprofundar no futuro e 2) a identificação de novos campos de colaboração potencial.

Entre as primeiras, vários dos oradores, caso de Luís Braga da Cruz ou Antón Costas, fizeram referência ao mercado ibérico de eletricidade como exemplo de uma política benéfica, ou à cooperação transfronteiriça, da qual a fronteira entre a Galiza e o Minho seria um dos exemplos mais bem-sucedidos a nível da UE, pelo seu impulso demográfico e económico.

No entanto, os 1.214 km de fronteira entre Portugal e Espanha, uma das fronteiras mais antigas da Europa, demonstram igualmente problemas de envelhecimento demográfico, desertificação e isolamento que ambos os estados deverão enfrentar em conjunto. Neste contexto, a valorização e a exploração turística desses espaços de fronteira poderiam oferecer uma possibilidade de futuro. Numa linha similar, Luis Caramés insistiu que as capacidades colaborativas são provavelmente maiores ao nível das regiões do que entre ambos os Estados e que, portanto, a via das relações infra-estatais deve ser mais ensaiada.

As políticas ambientais poderiam ser, também, uma das melhores áreas para a cooperação ibérica, pois, como disse Elisa Ferreira, o meio ambiente, por princípio, não conhece fronteiras políticas. Neste sentido, abordou-se a capacidade dos estados ibéricos para produzir e exportar energia limpa, a possibilidade de declarar alguns espaços fronteiriços como áreas de proteção ambiental, a cooperação na prevenção (e extinção) de fogos florestais - praticada de forma regular - ou a gestão partilhada dos recursos hídricos dos rios que cruzam a

Península. Porém, é preciso não esquecer que, nos últimos tempos, têm surgido divergências entre os dois países decorrentes de questões ambientais, como a oposição do governo português à instalação de um cemitério de resíduos nucleares em Almaraz (Cáceres), ou os protestos das autoridades lusas relativamente à gestão (regadio) que as Confederações Hidrográficas fazem em Espanha dos caudais fluviais sem terem em consideração as necessidades hídricas do país vizinho.

No meio de tudo isto, algumas interpretações, talvez não opostas mas distantes entre si, prenderam a minha atenção. Enquanto o "otimismo cético" de Antón Costas enfatizava as possibilidades de políticas comuns de integração, o desejável reforço dos organismos que devem levá-las a cabo, ou sugeria seguir o exemplo de outros casos bem-sucedidos de cooperação bilateral no âmbito da EU; Luís Braga da Cruz refletia sobre a inexistência, durante as quatro décadas de democracia, de um projeto de desenvolvimento partilhado, para lá das relações de boa vizinhança. A natureza "ritual" ou rotineira das cimeiras ibéricas que se vêm celebrando desde 1983, bem como o tempo limitado e a pouca profundidade com que as agendas dessas reuniões bilaterais de alto nível são normalmente preparadas, seriam uma realidade, pelo menos, desencorajadora.

Por esse mesmo caminho, centrado na apresentação de algumas conquistas do passado e no diagnóstico de possíveis âmbitos de cooperação, andou a Mesa dedicada às "Estratégias Ibéricas para a Ciência" (Mesa 4), nas quais participaram os oradores Artur Santos Silva, Angel Font e António Cunha. Entre os exemplos de dinâmicas cooperativas, no passado e no presente, foram citadas a criação do Laboratório Ibérico de Nanotecnologia, a Fundação Galicia-Norte de Portugal, a colaboração portuguesa no âmbito do Centro Tecnológico Automóvel Galego (CTAG) ou a cooperação habitual no campo das publicações científicas.

António Cunha citou como possíveis áreas de colaboração científico-académica, o desenvolvimento conjunto de programas de estudo no âmbito do Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES), a identificação de áreas para cooperação em investigação, com particular insistência no desenvolvimento desta cooperação nos domínios disciplinares das Ciências Sociais e Humanas, até agora pouco exploradas, ou a troca

de avaliadores entre as instituições que desenham políticas de I+D nos dois países. Neste sentido, pareceu-me de especial interesse a proposta de que investigadores espanhóis e portugueses possam participar em projetos de financiamento à investigação no país vizinho, dando prioridade à excelência de ideias e projetos relativamente à sua localização geográfica, ou seja, evitando critérios de equilíbrio territorial.

O optimismo voltou à sala com os oradores da Mesa 5, dedicada a "Culturas Ibéricas, Culturas Atlânticas". Javier Rioyo, sem esquecer a dificuldade do diálogo cultural hispano-português, muitas vezes mediado por alguns dos preconceitos a que já nos referimos - como a habitual arrogância dos espanhóis na sua visão de Portugal, ou a posição defensiva das elites e da sociedade portuguesa no que diz respeito a Espanha - fez, a partir da História da Civilização Ibérica (1879) de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, uma breve revisão do pensamento de alguns dos mais proeminentes intelectuais ibéricos do final do século XIX, como Antero de Quental, Alexandre Herculano, ou o próprio Oliveira Martins... e princípios do século XX, caso de Miguel de Unamuno. Outra referência foi, como não poderia deixar de ser, José Saramago, o mais recente entre os expoentes intelectuais do iberismo.

Igualmente, quis Rioyo lembrar o grande impacto que, para os jovens da sua geração, teve a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974. Um impacto político e emocional que foi muito importante para toda a oposição antifranquista em Espanha.

Pela sua parte, Guilherme d'Oliveira Martins destacou as inúmeras etapas de evolução histórica experimentadas por Portugal e Espanha e deu relevo à existência de dinâmicas alternativas de complementaridade e de afastamento entre os dois países ao longo da sua história para afirmar que as línguas e as culturas ibéricas devem olhar para si mesmas, hoje, como aliados naturais, concluindo pela ênfase na potencialidade global (para a Europa e, especialmente, para a América) das alianças ibéricas como alianças globais.

Em conclusão, parece-me que haveria margem (é difícil estabelecer qual a sua amplitude) para serem realizadas ações colaborativas no plano político entre os dois Estados. Os efeitos que podem ser espe-

rados dessas ações parecem, a priori, muito mais influentes no âmbito das relações bilaterais do que nos quadros de relações multilaterais, como a União Europeia, o que não significa que não valha a pena explorar também esse caminho. A influência hispano-portuguesa na geopolítica mundial é limitada, mas - no campo cultural, ou até mesmo da "diplomacia cultural", e fundamentalmente através do poder das línguas estatais e subestatais - há uma janela de oportunidade para a incidência ibérica num mundo cada vez mais globalizado. No entanto, só será possível aproveitar esta oportunidade com um melhor conhecimento cultural prévio entre as sociedades portuguesa e espanhola.

Não queria finalizar esta apreciação sem assinalar um ponto importante sobre o desenvolvimento do Seminário Repensar a Ibéria. Faltou, na minha opinião, tempo para o debate após cada Mesa. De fato, algumas discussões tiveram que ser interrompidas quando se tornavam mais promissoras. Por outro lado, houve poucas vozes femininas, tanto em conferência como nas discussões, e por isso ficámos privados de uma visão mais feminina (se ela existe) sobre as relações ibéricas. Finalmente, penso que teria sido necessária a presença de participantes mais jovens, abaixo de trinta e cinco anos. De fato, todos os que participámos no Seminário, como oradores ou como convidados para os debates, viemos de uma mesma matriz política e cultural, do mundo da Guerra Fria ou da segunda metade do século XX.

O que pensam do país vizinho os jovens portugueses e espanhóis? É, para eles, num mundo global, diferente de qualquer outro país mais ou menos próximo culturalmente que (alguns, cada vez mais) possam ter já visitado? Estes e estas jovens estão ainda condicionados pelos preconceitos e ruídos culturais que modelaram historicamente as relações entre os dois países e as suas sociedades ou são, para eles, estereótipos ultrapassados?

Crónica

Xerardo Pereiro

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

RESUMO

Numa organização conjunta entre a Fundação Casa de Mateus e o Consello da Cultura Galega, e com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian celebrou-se em Vila Real (Trás-os-Montes e Alto Douro), um seminário intitulado "Repensar a Ibéria". Nesta crónica do evento apresentamos de uma forma sumária o leque de intervenções e debates mantidos durante o seminário. Mais além das bibliometrias académicas em uso, este seminário mostrou o valor do pensamento e da reflexão crítica sobre as identidades ibéricas e o mundo que nos calhou viver. Com um leque de oradores institucionais, políticos, e não apenas académicos, esta crónica sumaria algumas das ideias chaves que foram evidenciadas e também alguns dos debates que surgiram fruto das afinadas intervenções protagonizadas pelos oradores convidados.

Palavras chave: Ibéria, repensar, Portugal, Espanha, Galiza.

INTRODUÇÃO

Este seminário foi organizado por Teresa Albuquerque (Fundação Casa de Mateus) e Ramón Villares (Universidade de Santiago de Compostela) nos dias 12 a 14 de outubro de 2018, na Casa de Mateus (Vila Real, Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal). A sessão de abertura teve lugar numa sexta-feira, dia 12 de outubro (dia da Hispanidade em Espanha), tendo sido uma data simbólica face à qual o seminário parecia diferenciar-se e confrontar-se, repensando, desta forma, as plurais identidades da Península Ibérica (cf. Soares, 2007; Pereiro, Llana e Risco, 2008; Godinho, Carou e Pereiro, 2009; Cairo Carou, 2018). Nesta sessão de abertura, num ambiente de grande cumplicidade, os intervenientes principais foram Rosário Álvarez (presidente do Conselho da Cultura Galega), Ramón Villares (catedrático de História

Contemporânea da Universidade de Santiago de Compostela) e Teresa Albuquerque (diretora da Fundação Casa de Mateus).

Rosário Álvarez falou de uma visão da Ibéria de Portugal e da Galiza, e de um Atlântico que nos une à Ibero-américa. “Sentimo-nos parte deste mundo”, chegou a afirmar. Desde uma perspetiva galega referiu que os galegos se sentem, especialmente, vinculados a Portugal do ponto de vista social, cultural, político e, ainda, afetivamente. Também afirmou que os galegos eram os espanhóis que melhor compreendem Portugal e que têm a missão de fazer a ponte entre dois mundos (Espanha – Portugal). Segundo esta oradora, espanhóis e portugueses juntos têm uma força extraordinária, mas temos que lutar contra a incompreensão ibérica, pensar que temos duas línguas próximas e que devemos construir uma vontade de entendimento. Por outro lado, destacou algumas das raízes do iberismo desde uma perspetiva galega. Relembrou como o galeguismo do século XIX já tinha confrontado dois universos identitários (Ibéria / Celtia), e como as Irmandades da Fala já tinham imaginado a Ibéria como nações em pé de igualdade e fraternidade. Também partilhou a ideia do intelectual galego Castelão que, em 1944, já havia falado sobre os Estados Unidos da Europa. Finalmente, terminou a sua intervenção propondo pontes de diálogo, conhecimento mútuo por via do derrube dos muros invisíveis e dos preconceitos.

Por seu turno, Ramón Villares deu início à sua intervenção lembrando um excerto do filósofo português Eduardo Lourenço sobre a hiperidentidade portuguesa e a hiperidentidade múltipla de Espanha. De seguida, apresentou alguns dos objetivos do seminário, estes passavam pela análise do presente e futuro e dos receios face ao entendimento na Península Ibérica. Para isso, elogiou a Casa de Mateus por serem um ambiente particular e de estilo especial para este tipo de seminários. Também se perguntou pelos motivos da organização deste seminário e apontou que temos que dialogar, fazer pontes e pensar a diversidade ibérica. Relembrou a ideia de Unamuno escrita numa carta a Teixeira de Pascoas segundo a qual Espanha e Portugal, para além de se conhecerem, devem amar-se. E, igualmente, referiu a ideia de Valentín Paz Andrade, segundo a qual a Galiza seria a fonte, Portugal a ponte e Brasil o paraíso.

Por fim, este primeiro dia foi encerrado por Teresa Albuquerque (Fundação Casa de Mateus), que sublinhou a importância de repensar em momentos críticos ou definidores, pois existem velhos conceitos que precisam de ser redefinidos (ex. democracia, soberania...). Em seguida, Teresa Albuquerque revisitou os programas “Repensar” promovidos pela fundação, que tiveram início em 1978, o último do qual celebrou-se em 2011, ano em que Portugal pediu um resgate financeiro internacional. Foi um repensar com sotaque estrangeiro. Nas atuais circunstâncias defendeu a necessidade de se criar um zoom out para pensar desta vez à escala da Ibéria.

CONFERÊNCIA INAUGURAL: UNIÃO EUROPEIA REALIDADES, RISCOS E DESAFIOS

Jaime Gama // Apresentação do orador por Eduardo Marçal Grilo

A União Europeia e nós ibéricos

No sábado, dia 13, a palestra de abertura foi pronunciada por Jaime Gama (ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e atual presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos), este foi apresentado por Eduardo Marçal Grilo (ex-ministro de Educação). O tema que abordou, de forma eloquente e desde uma perspetiva institucional, orgânica e atual, foi “União Europeia: realidades, riscos e desafios”. Começou a sua intervenção por afirmar que a realidade da UE não é brilhante, mas é menos preocupante do que há 5-6 anos atrás (cenário de crise económica). A União Europeia cresce economicamente, há menos desemprego, e tendência para resolução das dívidas soberanas nacionais após o ajustamento de países como Espanha, Grécia e outros, melhorou a sua dinâmica comercial externa, tem o euro consolidado, o Brexit é um problema, mas não vai mudar estruturalmente a sua arquitetura. Esta é uma melhoria conjuntural, outros têm crescido mais e têm uma relevância global menor, assim passaremos ao 3º lugar mundial depois da China e dos EUA. Em relação aos EUA, o orador estabeleceu uma comparação com a UE e definiu os EUA como estando em melhor posição pela sua centralidade nas bolsas, possuir moeda de reserva, ter mais inovação tecnológica e maior capacidade militar. E quais os riscos internos e externos que pendem sobre a UE? Para responder a esta questão, Jaime Gama fez uma análise da

geopolítica internacional, a partir de uma visão europeia e europeísta. Começou pelos riscos externos:

1. Norte de África e Oriente Médio. A guerra, os problemas com as migrações e os refugiados, sem esquecer os problemas com a energia que têm agitado e criado turbulências na UE. A isso é preciso acrescentar a conectividade de grupos radicais com o terrorismo.

2. A recomposição da Rússia. O controlo da sua vizinhança com população russa tem criado problemas à UE, a sua capacidade militar reestruturada que tem criado problemas na Geórgia, Crimeia, Ucrânia, Síria e outros países. A sua aliança estratégica com a China e a sua influência nas opiniões públicas externas, que já não se faz através dos partidos comunistas de outrora, mas que tem criado uma guerra cibernética e digital levando a um enfraquecimento dos potenciais adversários. Estes fatores desagregadores, com tecnologias diferentes e alvos diferentes, têm revelado grande eficácia. Por outro lado, a relação entre diversas expressões da extrema-direita e Putin promoveu políticas externas surpreendentes na Europa e nos EUA.

3. China. Com vontade e ambição internacional, promove o multilateralismo económico e financeiro, com uma educação política muito própria, os seus traços culturais refletem a sua nova identidade, à imagem da grandeza da sua própria grandeza. Esta potência mundial passou do marxismo ao neoconfucionismo pragmático, com uma elite renovada a governar um império com uma capacidade militar surpreendente. Se em 1977, o exército da China não era capaz de realizar uma operação de blindados noturna porque que não dominava as técnicas de comunicação para conseguir fazer esse movimento, hoje a China tem porta-aviões, com 3 unidades em operação e mais em fase de construção. Com o projecto “Belt and Road Initiative”²⁴ a China está a desenhar rotas e redes comerciais e a realizar a viagem de Marco Polo e Vasco da Gama ao contrário.

A vantagem para a UE é que China não tem uma visão antagonista com a UE.

²⁴ https://en.wikipedia.org/wiki/Belt_and_Road_Initiative

4. EUA. A política “America first” cria um problema com, e para, a Europa, com a qual os EUA recuperam espaço, iniciativa e lugar. Eles estavam feridos pela perda de posição global e enveredaram por um nacionalismo recuperatório, num cenário de guerra comercial com a China. Trump mantém 43% dos votos²⁵, há mais investimento, menor desemprego, melhorias na economia, acordos comerciais com México e Canadá. Assim, prevê-se que Trump seja reconduzido, pois a tudo isto soma-se que os democratas não têm um candidato definido.

Em relação aos riscos internos da UE, Jaime Gama referiu que o sul da UE tem um problema de dívida soberana importante, défice e crise bancária, correlacionado com a crise no seio da UE (França e Alemanha), na Áustria, Holanda e nos países nórdicos, com grandes clivagens políticas internas que representam graves problemas para a própria UE. Os desafios da UE são, segundo este orador, os populismos sociais, os nacionalismos (identitários, de defesa contra outros). A Suécia, país modelo a nível mundial, de acordo com a sua missão luterana, está hoje em crise. Na Áustria, em 40% das escolas primárias já não se fala alemão, o que representa um desafio multicultural importante. As migrações promoveram reações nacionalistas, nalguns casos como na Polónia e Hungria, pós-comunistas, face a entrada de capitais alemães, franceses e outros. É o medo da perda de soberania nacional na produção de bens económicos e de ficar só como mercado de consumidores.

De entre os riscos internos da UE, Jaime Gama também referiu a dívida soberana, que exige o controlo das finanças públicas (fisco e orçamento) e orçamentos equilibrados. A raiz da UE está um pouco desequilibrada, o orçamento das instituições representa só cerca de 2% de todo o PIB da UE. Com isso, as instituições europeias exigem a aplicação de regras comerciais internas e externas (controlos) e uma moeda única que é um seguro de vida para a própria UE. O equilíbrio orçamental é necessário em simultâneo com um mecanismo europeu de estabilidade orçamental, algo que se coloca em risco no caso da situação atual da Itália. Em relação à capitalização bancária, falta um reforço das suas estruturas e das instituições per-

²⁵ Em Outubro de 2018

manentes para responder às dificuldades. Mesmo sendo o euro um elemento agregador, a segurança na fronteira da UE e o controlo da imigração, assim como, de situações de emergência são um problema importante. Em relação a esta última ideia colocou o exemplo de Espanha e Itália, com uma inversão de papéis no seu humanismo com os refugiados.

A estes riscos externos e internos, o orador, acrescentou alguns desafios globais para a UE. O primeiro deles é a defesa da UE, segundo o orador o limitar-se ao *soft power* europeu não é suficiente, a União Europeia tem que ter capacidade militar com conteúdo, não só teoria, pois há uma projeção de interesses e diferenças com outros domínios geopolíticos (ex. França só tem uma fragata e os EUA umas 47). Em relação a África, o orador assinalou que deve ser uma preocupação da UE, o controlo da imigração, a penetração islâmica radical e a desestabilização pelas guerrilhas jihadistas. Por outro lado, o orador, também afirmou que é preciso repensar as instituições europeias de forma eficaz, mais Europa, que pode significar várias coisas: a) Ou mais centralização na UE; ou b) mais diálogo com os países da UE. O Parlamento da UE tem uma representação proporcional absoluta e, paradoxalmente, elege o partido UKIP britânico ou a Frente Nacional francesa, que querem dissolver a UE. O parlamento, não deve ser o albergue dos derrotados nas eleições nacionais. Deve haver um balanço entre subsidiariedade e descentralização, tudo isto face a uma desordem internacional e com uma perda de preponderância da ONU nos conflitos internacionais.

No posterior debate interveio António Cunha (catedrático de Engenharia da Universidade do Minho) e Antón Costas (catedrático de Economia da Universidade de Barcelona). António Cunha afirmou que a cooperação militar entre Portugal e Espanha era fundamental no quadro da UE e que segundo os militares portugueses, nas missões internacionais, esta cooperação se desenvolve num quadro relacional ótimo já que se verifica inclusive uma afinidade especial entre os militares dos dois países ibéricos. Seguidamente, refletiu que entre os dois países há áreas de cooperação e também interesses divergentes, pois Espanha associa-se conjunturalmente aos países grandes e não aos pequenos. Segundo ele há interesses diferentes, mas não conflituosos entre os dois e a fusão interna-

cional não é necessária. O conceito de iberismo para a cooperação Espanha-Portugal é improdutivo, torna-se necessário trabalhar em paralelo. Acrescentou também que a marca "Ibéria" tem sido usurpada pela Espanha.

Antón Costas assinalou que, no reequilíbrio atual de poderes europeus e nacionais, existe uma oportunidade para Espanha e Portugal assumirem o papel de 3º bloco de influência no âmbito da UE, tradicionalmente desempenhado pelo Reino Unido.

Jaime Gama respondeu aos comentários dizendo que o Brexit só favorece os EUA e a Rússia. Concordou em que havia diferentes interesses domésticos entre Espanha e Portugal, ambos não podem ser o Benelux, e que cada um deles deve ter uma posição melhor para os seus interesses no seio da UE, de forma a uma melhor defesa do interesse nacional. Também afirmou que há uma revolução política na Europa, com mais afluência aos debates e mais movimentação da opinião pública.

No debate, como ao longo do seminário, esta foi uma das constantes, a defesa da identidade nacional-estatal como quadro das relações ibéricas e europeias, com raízes bem definidas no século XIX, as estruturas de pensamento nacionalistas-estadistas continuam bem presentes nas elites políticas ibéricas o que, de certa forma, limita - a nosso ver - a construção de uma verdadeira União Europeia pós-nacional, pós-estatal e transnacional.

A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA DOS ESTADOS IBÉRICOS

Santos Juliá // António Costa Pinto

Moderador: António M. Feijó

Na primeira mesa, moderada por António Feijó (Vice-reitor da Universidade de Lisboa), os intervenientes foram Santos Juliá (catedrático de História da Universidade Complutense de Madrid) e António Costa Pinto (político do Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa). Santos Juliá falou da transição Espanhola da ditadura para a democracia. Baseou as origens da Transição no primeiro dia da Guerra Civil, quando o presidente da República, Manuel Azaña, propôs às

potências democráticas um “regime de transição” depois de um cessar-fogo, do regresso aos seus países dos combatentes estrangeiros e de um plebiscito em que os espanhóis pudessem eleger o regime que preferissem. Tratava-se de um projeto muito similar ao que desde Paris foi apresentado pelo grupo “Terceira Espanha”, formado por católicos republicanos, que também propunha um armistício, a saída de combatentes estrangeiros, transição, um plano de paz que foi radicalmente rejeitado pelo cardeal Gomá na sua entrevista com o enviado do Vaticano na altura da coroação de Jorge VI.

Tal ideia de transição viria a ser utilizada pelo PSOE espanhol aquando do fim da Segunda Guerra Mundial nas negociações com os monárquicos dissidentes do regime franquista, com o objetivo de chegar a um acordo que permitisse oferecer às potências democráticas a garantia necessária para uma intervenção em Espanha que derrubasse Franco do poder e o substituísse por um governo capaz de manter um período de paz que conduzisse à abertura de um processo constituinte. O plano de transição foi ganhando forma a partir de meados dos anos 50, na expectativa de atingir liberdades e uma amnistia geral. Nessa altura produziram-se rebeliões de estudantes universitários, com um entendimento entre filhos de vencedores e vencidos sem apoio externo. Os filhos dos vencidos começaram a olhar o passado da guerra civil como um fratricídio inútil que era preciso condenar ao esquecimento. E o caldo de cultivo foi-se fazendo nos anos 1960. Dionisio Ridruejo escreve em 1961 um ensaio em inglês intitulado *After Franco, What?* As associações de vizinhos e as escolas começam a ocupar espaços de liberdade, há mais contatos entre derrotados e vencedores da guerra civil, entre católicos e comunistas. Publicam-se vários manifestos (ex. Ridruejo, Satrústegui, Gil Robles), enquanto as fações do regime também consideram a questão da sucessão de Franco tentando consolidar o regime por meio da promulgação da Lei Orgânica do Estado em janeiro de 1967 e a designação de Juan Carlos de Borbón como sucessor de Franco como rei, dois anos depois.

Após a morte de Franco em novembro de 1970, o governo presidido por Carlos Arias tentou uma abertura limitada do regime através da reforma das suas Leis Fundamentais. Fracassado na sua tentativa, o governo presidido por Adolfo Suarez apresentou um projeto de lei para a reforma política, que seria submetido a um referendo em dezembro

de 1976. Aprovado por uma grande maioria, o governo convocou para junho de 1977 eleições para um Congresso e um Senado, que assumiram a elaboração de uma nova Constituição Espanhola, aprovada também em referendo em dezembro de 1978, na qual tiveram um papel destacado os partidos maioritários, UCD e PSOE mas em que foi decisiva a participação do Partido Comunista e dos partidos nacionalistas da Catalunha.

Estes anos da transição são anos de reconciliação, cujo símbolo poderia ser o gesto de saudação que o antigo secretário-geral do Movimento Nacional (Adolfo Suárez) dirigiu à ex-secretária geral do PCE (Dolores Ibarruri), quando a recebeu à porta do Congresso. Na última parte da sua intervenção, Santos Juliá falou das visões contrapostas sobre o que se considera modelo de transição ditadura-democracia. Por um lado, nos EUA e no Reino Unido, a transição espanhola é vista como um modelo exemplar. Por outro lado, para alguns politólogos em França, a democracia espanhola é vista como uma espécie de carta outorgada.

Por seu turno, o segundo orador, António Costa Pinto afirmou, com base numa perspetiva ibérica comparada, que a transição política portuguesa foi pioneira e inesperada, mas não representou um modelo para o mundo. No caso português existiu uma nostalgia do modelo espanhol por parte das elites de centro-direita portuguesas, pois o modelo espanhol foi mais controlado e conduzido pelas suas elites. As diferenças foram para este orador bem notórias. Portugal era um regime autoritário (Estado Novo) apesar de Marcelo Caetano ter representado uma ala mais liberal no regime, e teve uma guerra colonial marcante, e a revolução dos cravos como forma de transição teve um efeito surpresa e de crise do Estado. Outro traço diferencial é a distância que existe no país face à sua transição democrática, que constituiu uma democracia semipresidencial e não uma monarquia parlamentar como a espanhola. Como exemplo ilustrativo dos diferentes legados de uma transição por rutura no caso português e de maior continuidade no caso espanhol, o orador, afirmou que 80% dos portugueses não saberão onde está enterrado Salazar, ao contrário do que acontece em Espanha com Franco. Em Portugal foi simultânea a perda do império colonial e a democratização do país, num momento internacional de Guerra Fria. Portugal protagonizou um “medo social das elites” com a nacionalização de setores produtivos, da reforma agrária, de ajustes de contas, da ocupação das indústrias. A

institucionalização da democracia em Portugal aconteceu pelo protagonismo de partidos resilientes, produto da eliminação das crises de 1975, de um legado de natureza própria associado à crise pré-revolucionária, resultando na Constituição de 1976. De acordo com este politólogo, não há diferenças nas qualidades das democracias ibéricas, há diferenças nos legados das transições políticas.

O debate que se seguiu centrou-se nas consequências, com reflexo na atualidade, das transições espanhola e portuguesa, nos seus contrastes e semelhanças. Para alguns intervenientes no debate, como Santos Juliá, não houve justiça na transição (ex. muitos republicanos permaneceram em valas comuns), isto é, a reivindicação de justiça pelos que sofreram represálias não foi resolvida de forma justa. Outro problema por resolver foi o da redistribuição territorial do poder por regiões e “nacionalidades históricas” (Galiza, Euskadi e Catalunya) no caso espanhol. A transição espanhola significou a passagem de um Estado unitário a um Estado de “autonomias” com base nos princípios de liberdade e solidariedade dos povos de Espanha. Posteriormente, a política de construção de identidades nas autonomias fez com que muitas regiões aspirassem a ser nacionalidades, e as nacionalidades, nações. A reivindicação de direitos nacionais, do direito a decidir e a independência não tiveram uma resposta política no quadro do Estado espanhol, segundo Santos Juliá, reflexão que não nos parece pacífica nem consensual. Santos Juliá propôs, no debate, uma reforma profunda e necessária do artigo VIII da Constituição espanhola, que é aquele que diz respeito à organização territorial do Estado. António Costa Pinto, afirmou que no caso de Portugal, durante a transição, o PCP (Partido Comunista Português) foi mais forte do que os comunistas em Espanha, e produziram-se o que ele denominou “veleidades revolucionárias do PCP”.

COOPERAÇÃO E POLÍTICAS DE GOVERNANÇA NO CONTEXTO IBÉRICO E EUROPEU

Luís Braga da Cruz // Luis Caramés // Pedro Magalhães

A segunda mesa, moderada por Pedro Magalhães (ICS – Universidade de Lisboa), teve como oradores Luís Braga da Cruz (catedrático de Engenharia jubilado e ex-ministro de Economia) e Luís Caramés (catedrático de Economia da Universidade de Santiago

de Compostela). O primeiro orador, que conta com uma grande experiência em cooperação transfronteiriça pela sua longa experiência política e de gestão, começou por afirmar que a Península Ibérica tinha uma singularidade geográfica e histórica europeia clara, mas que a Ibéria era uma ambição de Castela, que começou com Carlos V, derivando numa conflitualidade com Castela, não com os galegos. Portugal e Galiza foram, segundo ele, pioneiros em cooperação transfronteiriça e a Ibéria foi durante muito tempo uma palavra proibida na diplomacia portuguesa. Portugal sempre teve uma identidade resistente, forte e periférica, com só um vizinho (Espanha), com o qual existiram desconfianças mútuas e “diferentes mapas de estradas”. A União Europeia obrigou os dois Estados a ter uma visão estratégica partilhada. Neste sentido, desde 1986, a construção de um mercado ibérico permitiu um comércio bilateral mais forte. Depois, o orador, expôs bons exemplos de cooperação ibérica: o mercado elétrico ibérico, a arbitragem de conflitos, a cooperação entre as PME. De seguida, falou da fronteira ibérica como uma cicatriz da história, a mais longa de Europa (1232 km) e a mais antiga, desde 1297, algo que no nosso entender representa um mito, e não uma realidade histórica (ex. a linha de fronteira luso-espanhola só foi delimitada e definida pelo Tratado de Limites de 1864) que ainda permanece vivo com força nos discursos de alguns intelectuais. A fronteira luso-espanhola apresenta hoje em dia problemas de pobreza e despovoamento no interior, concentração demográfica no litoral, etc. Face a esses problemas a União Europeia respondeu com o programa Interreg, que no Noroeste da Península Ibérica foi protagonizado pela Junta da Galiza e a CCDRN (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Norte). Nesse âmbito, passou-se do betão ao investimento de natureza imaterial, mas a raia interior continua vazia, falta densificar segundo o orador, e falta capacidade para cooperar efetivamente. Como bom exemplo, trouxe-nos a referência da Eurocidade Chaves-Verín. Como soluções e caminhos, Luís Braga da Cruz propôs acabar com a burocracia ineficaz e levar os problemas comuns às cimeiras ibéricas, para além de criar um secretariado técnico permanente para as cimeiras ibéricas.

Luis Caramés fez uma intervenção sobre os constrangimentos da cooperação transfronteiriça, a começar pelas representações men-

tais (ex. “De Espanha nem bom vento nem casamento”) que moldam e condicionam a experiência de cooperação transfronteiriça. Outro constrangimento apontado foi a crise económica europeia e global, que criou a necessidade de mais governança económica europeia, algo diferente da noção de governo, e de instituições de defesa face à crise que criassem mecanismos europeus de estabilidade para servir de corta-fogos. Este orador criticou a forma como a falta de liderança de uma União Europeia fraca, que não atua bem face à crise dos refugiados, do Brexit ou a nova administração política dos EUA.

No posterior debate, Luís Braga da Cruz complementou a sua anterior intervenção salientando a importância de aproximar os parceiros transfronteiriços (empresários, universidades, municípios...), para que a cooperação transfronteiriça seja útil ao cidadão, que este tenha acesso aos equipamentos, à formação, às infraestruturas. As prioridades devem ser a saúde, o emprego, a educação, a cultura e o apoio às empresas. Concluiu que era preciso uma política concertada entre as entidades transfronteiriças e também uma regionalização mais ambiciosa no caso de Portugal.

Luis Caramés afirmou que havia muita retórica face a factos não escrutináveis na cooperação transfronteiriça como é o deslocamento de empresas entre a Galiza e Portugal, e que as autoridades de um lado e de outro da “raia” (fronteira) não estão coordenadas, apontando a valência dos atores subnacionais no quadro da União Europeia, sem questionar a soberania dos Estados, o importante seria a funcionalidade das operações da relação com a União Europeia.

O debate também introduziu ideias importantes como as seguintes: a intensa cooperação entre Portugal e a Galiza, a necessidade de revalorizar as agendas das cimeiras ibéricas, os erros na centralização dos Interreg, os interesses divergentes entre agentes económicos, as diferenças salariais e os problemas na ferrovia entre os dois Estados ibéricos. O debate terminou com algumas reflexões sobre a prioridade que a UE estava a dar aos caminhos-de-ferro e a necessidade de um plano ibérico conjunto para a ferrovia.

ESPAÇO IBÉRICO E POLÍTICAS PÚBLICAS ECONOMIA, AMBIENTE, ENERGIA

Antón Costas Comesaña // Elisa Ferreira

Moderador: Pedro Santos Guerreiro

A A terceira mesa foi moderada por Pedro Santos Guerreiro (diretor do Semanário Expresso) debruçando-se sobre as políticas públicas ibéricas, tendo como oradores convidados a Antón Costas (catedrático de Economia da Universidade de Barcelona) e Elisa Ferreira (vice-governadora do Banco de Portugal e ex-ministra). Antón Costas começou o seu relato com uma pergunta sobre os benefícios das políticas públicas comuns no contexto ibérico, à qual respondeu afirmativamente, foram positivas no mercado elétrico, especialmente para Portugal. Reconhecendo-se como um otimista cético, afirmou que outro tipo de políticas públicas podem ser desenvolvidas e colocou como exemplo a questão das políticas florestais e os incêndios. Segundo ele, faltam acordos luso-espanhóis para propor à Comissão Europeia. As cimeiras ibéricas são um capital social importante, mas há dificuldades objetivas que condicionam a sua implementação. Se antes de 1976 existia um ambiente de hostilidade, a partir dessa data produziu-se uma intensa cooperação que foi refreada pela crise económica e financeira de 2008, e que motivou uma menor presença de Espanha na União Europeia. A cooperação transfronteiriça pós-crise foi recuperada por Passos Coelho e Mariano Rajoy enquanto primeiros-ministros, mas de uma forma mais pragmática e com mais resultados. Segundo o orador, das 28 cimeiras ibéricas, as políticas públicas de cooperação promoveram bons resultados como, por exemplo, o Laboratório ibérico de Nanotecnologia sediado em Braga. Mas para avançar é preciso fazer benchmarking e analisar as políticas públicas dos países vizinhos e dos nórdicos, imitando e não copiando para ter bons resultados. Segundo Antón Costas, Portugal e Espanha não estão presentes nos debates do orçamento da União Europeia, nem nos do euro. É verdade que existe um reconhecimento europeu dos esforços ibéricos pela recuperação pós-crise. Mas “Europa não pode ser só França e Alemanha” afirmou o orador, há que estar presente nos debates públicos sobre a União Europeia e as incertezas (ex. Brexit, crise na Catalunya...) para que não resulte numa catástrofe económica.

Na intervenção de Elisa Ferreira esteve implícita uma proposta de auto-organização ibérica face à agenda europeia. Se antes os Estados estavam de costas voltadas, agora era o momento de criar políticas públicas articuladas no quadro da União Europeia, tendo consciência de que há desequilíbrios de poder, e que Portugal fica entre Espanha e o mar. Elisa Ferreira revisitou a entrada na União Europeia dos dois países e como esta significou um novo estatuto ibérico num quadro multilateral mais do que cooperação bilateral. Frisou logo que havia questões prioritárias para colocar nas agendas das políticas públicas de cooperação transfronteiriça como eram as questões ambientais (ex. poluição, recolha de areia no rio Minho, os recursos hídricos...). Por concretizar fica, ainda, a união bancária europeia e a circulação de capitais dentro da União Europeia.

O posterior debate foi muito participado e teve vários intervenientes de destaque. José Rivas (catedrático de Física da Universidade de Santiago de Compostela), que foi o primeiro diretor do Laboratório Ibérico de Nanotecnologia e Neurociência, afirmou que “a ciência une-nos” e frisou as dificuldades que teve para dar o nome de “laboratório ibérico” e não laboratório luso-espanhol, e também sugeriu articular as políticas de financiamento públicas da ciência em Espanha e Portugal. Se bem que em Portugal estas financiam centros durante 5 anos e em Espanha só financiam projetos de um ano, o que sem dúvida representa um entrave para a cooperação.

Antón Costas apontou o desenho político e institucional fraco das políticas públicas de cooperação ibérica e também a sua pouca eficácia, e em relação à União Europeia citou o historiador Tony Judt para sublinhar que o problema da União Europeia é o excesso de expectativas e a frustração que isso implica posteriormente. Segundo Antón Costas seria melhor um certo pragmatismo.

Elisa Ferreira assegurou no debate que a cooperação se torna mais fácil quando há complementaridade e mais difícil quando não há uma repartição equilibrada de ganhos. A oradora propôs também quebrar as barreiras nacionais e colocou como bom exemplo o programa Erasmus e outras oportunidades como o turismo.

Rui Vilar introduziu no debate a linha do Douro (ferrovia) e a necessidade de mobilizar a opinião pública para a retoma da ligação com

Espanha. Este tema levantou alguma polémica e foi interessante registar algumas reações discursivas. Por um lado, Jaime Gama afirmou que as políticas públicas deviam ser nacionais e da União Europeia, sem serem duplicadas e indo mais longe do que uma visão paroquial e provinciana, já há um acervo de décadas de cooperação e a relação com a União Europeia não deve desconhecer o seu funcionamento. Por outro lado, segundo ele, já existe uma comissão bilateral ibérica, que funciona de forma insuficiente, mas que deve ser acionada para que funcione de forma satisfatória. Por outro, e em relação às universidades, sugeriu que se tivessem em conta os rankings e a realidade já existente, a competência e a competição para serem os melhores. Elisa Ferreira apontou também o exemplo do parque Xurés-Gerês como exemplo de cooperação ibérica em políticas públicas. O moderador da mesa, Pedro Santos Guerreiro chamou a atenção para as mudanças na cooperação ibérica, há 20 anos era impensável que um banco português fosse vendido a um banco espanhol, hoje a integração das duas economias é maior, e a ingenuidade e preconceito combate-se com informação, segundo ele. No debate interveio, também, e novamente, Antón Costas, que questionou os motivos de estar ou não estar na agenda, citando a obra do economista Albert Hirschman, “As paixões e os interesses”, sendo chave a mobilização e a pressão social para colocar questões em agenda. Também reivindicou cidadãos exigentes que reclamem os seus direitos e deveres, com uma posição simultânea de respeito aos poderes públicos, e sempre diferenciando entre os motivos particulares e os de interesse geral. Citando o economista de Harvard, Dani Rodrik, defendeu a importância da imitação das boas práticas em políticas públicas, pois “o demónio está nos detalhes”, afirmou este galego residente na Catalunya.

O debate enveredou logo para as políticas públicas do ensino superior, algo que iria antecipar os temas enquadrados nas mesas de domingo, dia 14 de outubro. Neste sentido, António Cunha (ex-Reitor da Universidade do Minho e ex-presidente da CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas), e a propósito da intervenção de Jaime Gama sobre as universidades e a competição mundial, lembrou que a competição entre universidades era injusta e desigual em financiamento, acesso às publicações, línguas de prestígio da ciência, etc. Para competir de forma justa é preciso concertar e defendeu a articulação entre Portugal e Espanha no âmbito do ensino e da investi-

gação universitária, chegou a frisar. Neste debate, Marçal Grilo (ex-ministro de Educação) reforçou que o quadro de referência deveria ser o europeu e que a cooperação universitária entre Portugal e Espanha tinha que se intensificar.

ESTRATÉGIAS IBÉRICAS PARA A CIÊNCIA

Artur Santos Silva // António Cunha // Angel Font

Moderador: José Rivas

No domingo, 14 de outubro, a primeira mesa foi moderada por José Rivas (responsável pela criação do Laboratório Ibérico de Nanotecnologia) e teve como relatores Artur Santos Silva (presidente do Conselho Geral da Universidade do Porto), António Cunha (ex-Reitor da Universidade do Minho) e Angel Font (Diretor corporativo para a investigação e estratégia da Fundação La Caixa).

O primeiro orador, Artur Santos Silva, começou por recordar o primeiro “Repensar Portugal” organizado pela Fundação da Casa de Mateus em 1978. De seguida apresentou uma visão macro do papel da ciência em Portugal e Europa. Na sua perspetiva a ciência é uma questão prioritária, essencial para promover maior igualdade social. De acordo com a Agenda de Lisboa (23-24 de março de 2000), para 2010, a União Europeia tinha como meta ser o primeiro motor mundial em investigação científica. O objetivo para Portugal era passar de 0,6% do PIB para 3% consignados à investigação científica. Além de mais, 2/3 desse investimento seria privado, segundo outro dos objetivos da Agenda de Lisboa. Portugal atingiu em 2010 um investimento de 1,8% do PIB em ciência, o que correspondia à média da União Europeia na altura, dos quais 1/3 de investimento privado. Mas este processo significou muito para Portugal, foi muito relevante na política de organização da ciência, dando um grande salto na capacidade de gerar conhecimento científico e doutoramentos (com uma média superior à União Europeia). Nenhum país deu um salto tão grande quanto Portugal, excetuando os Nórdicos. Nos últimos 10 anos a UE adormeceu passando apenas de 1,8% para 2% do PIB investido em ciência. Com a crise económica e a chegada da Troika a Portugal, de 1,6% do PIB passou-se a 1,2% de investimento em ciência. Os cortes do Estado tiveram um peso relevante na quebra do esforço

de investimento do País. Este tipo de políticas “cegas” levou associada uma contração empresarial no investimento científico. Passado o pior da crise, em 2014, a União Europeia investe no programa de investigação do Horizonte 2020 uns 80.000 milhões de Euros. E hoje fala-se de uma nova proposta de 100.000 milhões de Euros, que representaria apenas 2% do PIB da UE. Estamos, portanto, longe do investimento feito em investigação em países como os EUA, Canadá, Rússia, Japão e China. Para 2030, o objetivo de Portugal é atingir o 3% do PIB, o que implicaria multiplicar por dois o investimento atual do Estado e por quatro o investimento privado. O orador sublinhou a importância da transferência de investigação em valor económico, só 1/3 protagonizado pelas universidades em Portugal, com uma capacidade de cooperação interuniversitária fraca, falta investigação colaborativa frisou o orador. O salto de Portugal tem sido a generalização democrática das licenciaturas, mas os reptos são muitos em Portugal e na União Europeia. Para isso é preciso ter em atenção um conjunto de fatores que afetam o contexto português: ambiente para o conhecimento científico, capacidade de investigação, inovação social, a abundância de pequenas empresas, as poucas patentes registadas. A diferença no contexto ibérico, é que em Espanha há um número maior de grandes empresas a apoiar a investigação. Pelo contrário, em Portugal, empresas como a PT não fazem nem promovem a investigação. Artur Santos Silva sugeriu apostar em várias linhas de trabalho: a) As escolas de negócios; em Espanha há 3 escolas de negócios entre as melhores da União Europeia, e em Portugal há várias entre as 30 de melhores do mundo; b) A formação Enologia, como exemplo colocou a UTAD e a sua formação de enólogos; c) Um cluster de saúde; d) O setor agroalimentar, que é o mais importante a seguir ao automóvel; e) O reforço na capacidade de inovação (ex. a Bosch criou um centro próprio em Braga); f) A ciência como foco central nas cimeiras ibéricas.

O segundo orador foi Angel Font i Vidal, que aludiu ao papel da Fundação La Caixa na cooperação científica ibérica. A partir de uma perspetiva filantrópica, este palestrante, afirmou que a ciência é um motor de progresso social e económico que contribui de forma decisiva para o PIB e só os que se proponham a investir em ciência serão mais ricos no futuro. A ciência implica riqueza e cria riqueza, ainda que não apenas os países ricos invistam nela. A política científica

deve apostar no talento e não deve haver fronteiras na ciência, os territórios devem tornar-se atrativos para reter talento e criar oportunidades e a investigação deve, realmente, ser efetiva. Também afirmou que era necessário apostar na excelência e não apenas na quantidade, é preciso fazer bem o que sabemos, converter o dinheiro em ciência e a ciência em dinheiro, assinalou. Defendeu a inovação em patentes, licenças, empresas e *spin-off*, e colocou como bom exemplo o sistema holandês de ciência. Em relação à capacidade de publicar ciência, chamou a atenção para o défice de investimento privado e a vantagem de articular fontes de investimento público e privado. O público teria que facilitar o investimento em infraestruturas científicas e o privado atrair a ciência rentável. O que o orador não explicou aqui foi qual o papel da ciência não rentável (ex. as humanidades, as línguas e as literaturas...) e se toda a ciência tem que ser rentável só do ponto de vista económico e da agenda neoliberal dominante. Na última parte da sua intervenção questionou-se acerca de uma distribuição territorial adequada da ciência e colocou o exemplo da Fundação La Caixa no âmbito da investigação da saúde, com um investimento em Espanha e Portugal de 12 milhões de Euros no ano passado. De 785 propostas, 20 foram aprovadas (4 portuguesas e 16 espanholas), com destaque para a cooperação entre centros de investigação. Uns 20% dos projetos aprovados são de Barcelona, Madrid e Lisboa; outros 20% de Bilbao, Porto e Valência. São lugares com massa crítica e clusters fortes na investigação da saúde. Na próxima iniciativa, que será ibérica, isto é, sem quotas para Espanha e Portugal, a fundação La Caixa vai cooperar com o governo português e onde a fundação investir um euro o governo português vai investir dois nos projetos selecionados.

O terceiro orador foi António Cunha, que fez uma esclarecedora apresentação sobre a cooperação científica e académica entre Espanha e Portugal, que perspetiva como uma oportunidade de cooperação ibérica num quadro de ciência e tecnologia totalmente globalizadas. Deste modo, Portugal recebeu no ano passado 42.141 estudantes estrangeiros (não Erasmus), procedentes do Brasil, Angola, Espanha, Cabo Verde, Itália e São Tomé e Príncipe. Segundo António Cunha tem aumentado o número de publicações conjuntas entre investigadores portugueses e espanhóis e referiu, ainda, os quadros de apoio à investigação: a) CSIC-FCT (o último em 2011), Universia,

Fundação Carolina, La Caixa, União Europeia, Interreg – Poctep... De seguida, apontou dois bons exemplos desta cooperação científica ibérica, o CEIIA da Maia (Portugal) e o CITAD de Porriño (Galiza), o primeiro com 300 investigadores, o segundo com 500, ligados ao setor automóvel. Além do mais, outro bom exemplo é o Instituto de Nanotecnologia Ibérico com sede em Braga. Também destacou a Fundação CEER (Centro de Estudos Euroregionais do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular), que desde 2008 trabalha na cooperação de investigação e ensino entre as universidades e politécnicos do Norte de Portugal e da Galiza; e o programa Lacobus, coordenado pela Junta da Galiza e a CCDRN. Outros exemplos dados foram o CRUSOE (rede de universidades do sudeste peninsular) e as relações entre a CRUP portuguesa e a CRUE espanhola, ao nível dos Reitores das universidades. Mais além dos programas e práticas de cooperação em investigação, em relação com as agendas políticas frisou algumas oportunidades para intensificar a cooperação: a criação de um novo ministério da Ciência em Espanha, as políticas da ciência da União Europeia (ex. Exascale europeu, agenda da supercomputação), a investigação sobre as mudanças climáticas, o programa PRIMA da UE e a agenda portuguesa para a investigação espacial (satélites). Se bem que a última cimeira ibérica celebrada em Vila Real (Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal), com encerramento na Casa de Mateus, impulsionou uma agenda ibérica do conhecimento e do ensino superior, na qual, entre outros, introduziu a partilha generalizada de avaliadores de projetos científicos, mas estão por ver, ainda, os seus resultados a médio prazo.

O posterior debate contou com a participação de vários elementos que assistiam ao seminário, muitos deles académicos e com um interesse central no assunto. Marçal Grilo questionou qual era o modelo que otimizava melhor o investimento em ciência, e também propôs que se as universidades eram peças fundamentais na investigação, a avaliação devia ser europeia e o patamar devia ser o do ERC (European Research Council). Angel Font respondeu que havia vários modelos e que a premissa e o motor devia ser a curiosidade, que o investigador possa investigar, escolhendo os melhores e que esteja facilitada a competência para a excelência. Artur Santos Silva propôs estimular a colaboração face ao Horizonte 2030. E António Cunha colocou algumas dificuldades estruturais para a investigação,

como por exemplo que em Espanha a investigação esteja entregue às comunidades autonómicas, e segundo ele a cooperação ibérica em investigação deve ser feita a partir de áreas estratégicas e problemas específicos. Pedro Magalhães (ICS – Universidade de Lisboa) questionou qual o papel das instituições sem fins lucrativos no âmbito da investigação? Como resolver o problema da avaliação de projetos multidisciplinares por painéis monodisciplinares. Em resposta a estas questões, Angel Font defendeu a filantropia sem interesses escondidos, e que a gestão privada da ciência tem menor carga administrativa e pode ser catalisadora. Neste sentido a fundação La Caixa acaba de abrir vagas para pós-doutoramento numa candidatura ibérica que não exclui nem portugueses nem espanhóis.

CULTURAS IBÉRICAS, CULTURAS ATLÂNTICAS

Javier Ríoyo // Guilherme d'Oliveira Martins

Moderadora: Teresa Albuquerque

Esta última mesa do seminário foi moderada por Teresa Albuquerque (Diretora da Fundação Casa de Mateus) e teve como oradores a Javier Ríoyo (Diretor do Instituto Cervantes em Lisboa) e Guilherme de Oliveira Martins (presidente da Fundação Calouste Gulbenkian). Javier Ríoyo fez uma intervenção a partir da sua experiência pessoal na procura das raízes culturais ibéricas na literatura e nas artes, sublinhando os cruzamentos e afetos entre portugueses e espanhóis. Falou da Revista “Lisboa” elaborada em Madrid, do iberismo de Saramago. Também afirmou que “Somos hermanos pero no nos leemos”, e até a TV tinham que mudar para uma melhor compreensão entre ibéricos. O orador citou várias vezes Unamuno e Oliveira Martins e introduziu aquela ideia de Oliveira segundo a qual espanhóis e portugueses estão unidos no espiritual e cultural, mas não no político.

O segundo orador, Guilherme Oliveira Martins, enviou uma gravação audiovisual com uma intervenção muito erudita sobre as culturas ibéricas, a começar pelos seus idiomas. Iniciou o seu discurso apontando que a entrada na União Europeia de Espanha e Portugal representou uma alteração significativa de natureza profunda. Mais de 1100 milhões de pessoas falam as línguas ibéricas, o que representa um grande poder de projeção da Ibéria na Europa. Referiu, também, que o ponto de partida

para falar de culturas ibéricas deveria ser a miscelânea de influências atlânticas e mediterrânicas, sendo Portugal mais marítimo, como a Galiza diríamos, e Espanha mais continental, mais atlântico o norte e mais mediterrânico o sul da península. Num mundo global como aquele no qual vivemos, o espanhol e o português são complementares e diferentes em termos linguísticos. Quatrocentos milhões de pessoas no mundo falarão português em breve, a isso é preciso acrescentar a importância dos crioulos. Em seguida, o orador estabeleceu alguns paralelismos e cruzamentos entre a história de Espanha e Portugal (independência, separação, guerras, complementaridades, paralelismos políticos...) para depois afirmar a especificidade da península Ibérica, dois países independentes, com exceção do período 1580-1640, em que constituíram uma certa unidade política, ainda que Portugal não tenha perdido a sua independência jurídica. Citando a Unamuno, o orador falou de Espanha e Portugal como duas identidades diferentes e complementares, com elos de proximidade e diferença. E colocou o exemplo das representações de Cristo num e noutro país, segundo Guerra Junqueiro. Em Espanha são dramáticas, com grande sofrimento, em Portugal não são tão dramáticas, são mais leves e vão mais ao encontro do povo e do mais próximo. Colocou no mesmo plano o Quixote de Miguel de Cervantes e “A peregrinação” de Fernão Mendes Pinto, como duas obras da literatura ibérica e universal que mostram o caráter coletivo dos dois povos, entre a realidade e o sonho. Na última parte da sua intervenção lançou alguns desafios para o futuro, a começar pela cooperação linguística, pois segundo ele o espanhol e o português devem ser aliados, ainda que os portugueses compreendam melhor o castelhano do que ao contrário. A plasticidade e riqueza linguística ibérica devem levar à abertura para com o Brasil e África. É preciso conhecermo-nos melhor, não viver de costas voltadas, pensar no valor da Ibéria para a União Europeia, ter capacidade para nos percebermos e criar alianças estratégicas.

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO:

IBERIA, ENTRE EUROPA E AMÉRICA

Nelida Piñon // Apresentação da oradora por José Carlos de Vasconcelos

A conferência de encerramento do seminário foi ministrada pela escritora galaico-brasileira Nélida Pinhão. Foi apresentada por José Carlos de Vasconcelos (Diretor do Jornal de Letras), que destacou o memo-

rialismo, o ensaísmo, a reflexão, a imaginação, a qualidade da escrita e a Galiza como raiz profunda da sua obra (dos 10 aos 12 anos viveu em Cotobade – Galiza). “Sou uma mulher a quem seu avô emprestou a memória” em palavras da autora. Além da sua obra literária, o apresentador sublinhou a sua intervenção cívica, os seus inúmeros prémios e distinções (ex. Prémio Príncipe das Astúrias das letras), sendo a primeira mulher doutora honoris causa pela Universidade de Santiago de Compostela. A palestra da autora frisou a mestiçagem como eixo central da sua obra e da vida humana. O nosso sangue é resultado da promiscuidade do mundo, chegou a afirmar. Somos múltiplos, diversos e dispersos... ibero-americanos e mestiços, ecuménicos e com uma forma particular de relação com o mundo baseada no sebastianismo luso-brasileiro, na esperança, no desastre e no direito a libertar-se da frustração e da imposição.

(IN) CONCLUSÕES

O seminário encerrou sem pautas conclusivas concretas, e também sem se falar da Catalunya e o seu processo independentista. Ele fechou com um agradecimento, muito especial, aos excelentes anfitriões da Casa de Mateus, realçando o desejo de que se siga repensando a Ibéria para uma melhor compreensão e convívio entre ibéricos diversos e plurais no social, cultural, económico e político. O seminário contou com um predomínio de abordagens institucionais e macropolíticas, estes foram de grande interesse e dominantes, faltou do nosso ponto de vista a visão dos atores sociais que vivenciam e experienciam as agendas políticas da cooperação e da construção da Ibéria. Dito de outro modo, a Ibéria é também construída pelos cidadãos comuns, raianos e fronteiriços, e também transnacionais e transfronteiriços, contrabandistas do passado, presente e futuro que redefinem as identidades ibéricas incompletas e em constante construção.

BIBLIOGRAFIA

- › Cairo Carou, H. (ed.) (2018): Rayanos y forasteros: fronterización e identidades en el límite hispano-portugués. Madrid: Plaza y Valdés.
- › Godinho, P.; Carou, H. e Pereiro, X. (coords.) (2009): Portugal e Espanha – Discursos de centro, memórias e práticas de fronteira. Lisboa: IELT (Instituto de Estudos de Literatura Tradicional) – Edições Colibri.
- › Pereiro, X.; Llana, C.; Risco, L. (coords.) (2008): As fronteiras e as identidades raianas entre Portugal e Espanha. Vila Real: UTAD. Ver <http://hdl.handle.net/10348/4259>
- › Pereiro, X. (2016): “Compre(e)der Portugal”, recensão do livro de Carlos Taibo (2015): Comprender Portugal. Madrid: Los Libros de la Catarata, 272 páginas. ISBN: 9788483199817, em Análise Social vol. LI (1º), nº 218, pp, 200-203. Online em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_218_rec03.pdf
- › Soares, Mário (2007): ¿Portugal en Iberia?, em El País, 4-08-2007, online em https://elpais.com/diario/2007/08/04/opinion/1186178404_850215.html

AGRADECIMENTOS

Muito agradecemos a Teresa Albuquerque o convite que nos fez para assistir a este magnífico seminário. Também agradecemos a Carlos Gomes (CETRAD) a revisão atenta e comentários ao texto inicial.

ISBN **978-972-99518-8-6**

Suporte **Impresso**

Formato **Brochado**

Nº DL: 451918/19

Nome fornecedor **Fundação da Casa de Mateus**

ISBN **978-972-99518-9-3**

Suporte **Eletrónico**

Título: **Repensar Ibéria, Uma Reflexão sobre a Europa**

Autor: **Vários**

Editor: **Fundação da Casa de Mateus**

Local de Publicação: **Vila Real**

Data de publicação: 2019

Nº de Edição: **1ª edição**